



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 38 - Nº 759 - DE 8 A 28 DE MARÇO DE 2026 - R\$ 5,00



Pelo fim imediato da guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã!

Pela retirada imediata das tropas israelenses do Líbano!

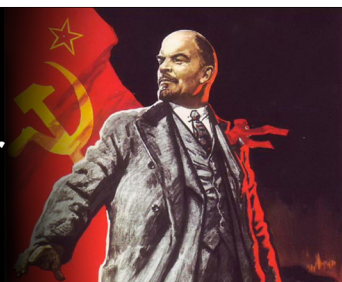
ÀS CENTRAIS, AOS SINDICATOS, AOS MOVIMENTOS E ÀS CORRENTES QUE SE REIVINDICAM DA DEFESA DAS NAÇÕES OPRIMIDAS: PÔR EM PÉ UM MOVIMENTO DE FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA!

A falência do Banco Master, as falcatruas financeiras e o banditismo do banqueiro transbordaram em crise política

Somente um Tribunal Popular, organizado desde os locais de trabalho, pode apurar e punir os crimes da burguesia

102 anos do falecimento de Vladimir I. Lênin

Memória eterna ao dirigente da Revolução Russa, fundador da III Internacional e construtor da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)



Chamado à classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida

**Carta aberta às centrais, aos sindicatos, aos movimentos e às correntes
que se reivindicam da defesa das nações oprimidas**

**Lutemos pelo fim imediato do
esmagamento do Irã pelos Estados
Unidos e Israel!**

Pôr em pé um movimento de frente única anti-imperialista!

Os Estados Unidos e Israel estão determinados a ir às últimas conseqüências em sua guerra contra o Irã. No primeiro bombardeio, dia 28 de fevereiro, mataram não apenas Ali Khamenei e altas autoridades do governo, mas também 168 estudantes e 14 professores, que se encontravam em uma escola primária. Estima-se que em seis dias de guerra Israel descarregou cinco mil bombas. Os Estados Unidos não devem ter ficado muito atrás.

Na chamada Guerra dos Doze Dias, os ataques aéreo resultaram em 1.190 vítimas, agora alcançou 1.230. Esse número se elevará dia a dia. Não se sabe por quanto tempo o Irã resistirá. Sabe-se, porém, que o imperialismo norte-americano e o colonialismo sionista medem o tempo de acordo com o objetivo traçado de derrubar o regime nacionalista que rege a República Islâmica e impor as condições servisais à nação iraniana. Assim está posta a questão da durabilidade da guerra, uma vez que o Irã se acha isolado, contando apenas com a resistência do Hezbollah no Líbano e dos houthis no Iêmen. O Hamas já não tem capacidade de reação que possa fortalecer a resistência iraniana. O seu esmagamento militar arrancou um obstáculo que se encontrava no caminho do controle israelense da Faixa de Gaza.

Nesse embate, os Estados Unidos e Israel se utilizaram do poderio militar fulminante para se imporem como força completamente dominante no Oriente Médio. Os palestinos foram tragados pela máquina de guerra dos invasores e suas cidades se transformaram em ruínas. Em dezesseis meses de guerra, as estimativas assinalaram 75.100 mortos. Esse número continuou a crescer depois que Trump ditou ao Hamas a paz dos cemitérios.

Não se deve - e não é possível - desvincular o genocídio do povo palestino da guerra de dominação desfechada pelos Estados Unidos contra o Irã. Eles históricos unem os movimentos de resistência nacional ao avanço do poderio norte-americano no Oriente Médio e à implantação do Estado Sionista de Israel, nos marcos da Segunda Guerra Mundial. O que os ideólogos do imperialismo qualificam como "organizações terroristas", na realidade, são expressões de resistência nacionalista, que se depara com o amplo e sangrento intervencionismo dos Estados Unidos.

Assim como o nacionalismo árabe, que teve seu auge na década de 1950, acabou tragado pelas divisões internas, alimentadas pelo imperialismo norte-americano e aliados europeus, o nacionalismo iraniano já não tem força para sustentar sua contraposição à ofensiva dos Estados Unidos nas novas condições da crise mundial. Da Revolução Islâmica de 1979 à tumultuada situação do aqui e agora, foram longos anos de conflitos

sistemáticos do povo persa com os objetivos do grande capital internacional de liquidar a nacionalização do petróleo e derrubar a soberania nacional.

O nacionalismo burguês encarnado pela teocracia governamental deu ao Irã uma projeção no Oriente Médio, tendo de passar pela mortífera guerra com o Iraque, fomentada pelos Estados Unidos. Guerra que se iniciou em agosto de 1980, portanto logo após a queda da monarquia do Xá Mohammad Reza Pahlevi, e que durou até agosto de 1988. Em março de 2003, os Estados Unidos voltaram suas armas contra o governo nacionalista de Saddam Hussein. Resultou em um morticínio e Hussein foi julgado por um Tribunal controlado pelos serviços dos Estados Unidos à pena capital. A intervenção que terminou em dezembro 2011 abalou as relações no Oriente Médio, projetando os problemas nacionais e a ampliação da dominação norte-americana pela força das armas.

O Irã passou por esses momentos convulsivos, mas sua economia se debilitou com as sanções econômicas; e a crise social se avultou. A trincheira do nacionalismo na região ficou restrita à teocracia dos aiatolás, que perdeu parte da força social que garantia a unidade nacional contra as pressões e as investidas dos Estados Unidos, que passaram a se valer da justificativa de que o Irã não podia desenvolver a energia nuclear e chegar à fabricação da bomba atômica. Trump rompeu o acordo em 2018, realizado pelo governo de Barack Obama em 2015. Aí, se encontra um dos primeiros sinais de que os Estados Unidos caminharão no sentido da guerra com o Irã.

Nada que o governo iraniano fizesse para conter o programa nuclear no terreno do uso pacífico atenderia aos objetivos estratégicos do imperialismo norte-americano. O ponto nevrálgico estava e está no controle do Irã das reservas e da produção petrolíferas. Nessa riqueza se assenta o nacionalismo persa e sua ligação com a resistência à dominação norte-americana no Oriente Médio, que se encontra arraigada na luta do povo palestino por sua autodeterminação. A sua presença política e militar no Iraque, Síria e Líbano se forjou como necessidade de reagir e suportar a ofensiva norte-americana, que se serve de Israel como um enclave superarmado no Oriente Médio. Israel abriga em seus silos a bomba atômica.

A guerra dos Estados Unidos contra o Irã, como se pode constatar, vem sendo gestada a tempo. A decisão de Trump de iniciá-la no último dia de fevereiro se deve ao cálculo de que a resistência do nacionalismo burguês chegou ao ponto de maior fragilidade com a derrocada do Hamas, a mudança de governo na Síria e a retomada do poder no Líbano pelas forças políticas propensas à submeter o país ao imperialismo.

Para isso, tem sido decisiva a liquidação da direção histórica do Hezbollah e a reocupação por Israel de parte do país. Em resposta ao apoio da organização xiita ao Irã, Netanyahu não somente voltou a bombardear o sul do Líbano, como reiniciou a invasão territorial.

O fato é que o Irã está praticamente só. Enfrenta a potência mundial que determinou o percurso do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial. Suas respostas, direcionando drones e mísseis para as bases norte-americanas sediadas nos países árabes do Golfo Pérsico, são limitadas. Conta com as consequências econômicas da guerra, principalmente com alta do preço do petróleo e bloqueios de rotas comerciais. Mas, por enquanto, Trump pode administrar os impactos.

A União Europeia que não viu com entusiasmo os motivos da confrontação, bem como o Reino Unido, se encolheu e prometeu ficar na defensiva – uma forma de estar do lado dos Estados Unidos, sem se responsabilizar pelas consequências da operação. Dentre os países-membros do Brics, somente a China, Rússia e Brasil condenaram a guerra. Mas, palavras de pacificação acabam morrendo aos pés do agressor.

É do interesse dos Estados Unidos que Azerbaijão e Turquia fiquem distantes, se não se dispuserem a se juntar no campo do imperialismo. O Irã desmentiu a farsa de que disparou artefa-

tos em suas direções. Essa parte do terreno insólito se deve à falta de definição clara em favor dos Estados Unidos e Israel.

Estão ficando mais visíveis as manobras dos Estados Unidos em fazer dos curdos bucha de canhão. Armando e colocando-os em combate contra as forças armadas iranianas, se gesta a guerra civil e se facilita a invasão norte-americana e israelense do território do Irã.

Os protestos das massas em países próximos do Irã ainda se mostram débeis. Mas, são importantes os sinais de condenação no interior dos Estados Unidos. A passividade nos países do Golfo Pérsico deve ser quebrada na medida em que fique claro para as camadas oprimidas que somente o povo iraniano pode resolver a crise de governabilidade e compreender que a questão se resume na defesa da autodeterminação da nação oprimida.

Os Estados Unidos são opressores e saqueadores dos países do Oriente Médio. O dever da classe operária mundial e dos demais trabalhadores é o de condenar a guerra e defender na prática o Irã. A tarefa urgente é a de pôr em marcha um movimento pelo fim imediato da guerra, edificando um movimento de frente única anti-imperialista! Viva a resistência Irã! Pela soberania da nação oprimida.

Governo Lula condena a guerra dos Estados Unidos contra o Irã Direita pró-imperialista reage

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Câmara de Deputados, decidiu convocar o chanceler Mauro Vieira para ser questionado sobre as notas do Itamarati condenando os ataques dos Estados Unidos e Israel ao Irã. No dia 28 de fevereiro, o Ministério das Relações Exteriores divulgou uma nota dizendo que o governo brasileiro estava preocupado com os acontecimentos, uma vez que “os bombardeios ocorreram em meio a um processo de negociação entre as partes”. A nota apenas exorta as duas partes a procurarem respeitar o Direito Internacional e evitarem “a escalada de hostilidades”, bem como assegurarem “a proteção de civis e da infraestrutura civil”.

O posicionamento do governo Lula segue a tradição diplomática do Brasil de advogar a paz entre os povos. A forma leve do pronunciamento visa a não provocar a raiva de Trump e não se afastar de países com os quais o Brasil tem boas relações comerciais. Está claro que o objetivo da nota foi a de contemplar uma pacificação impossível, dada as condições do desenvolvimento da crise no Oriente Médio, impulsionada por mais de dois anos de intervenção do Estado de Israel na Faixa de Gaza e de indistigável genocídio do povo palestino. Mesmo assim, o Brasil se colocou entre aqueles que não estavam pela ofensiva norte-americana e israelense que caminhava para a guerra. Destacam os casos de países filiados ao BRICS, como a China, Rússia, que emitiram um parecer oficial de condenação. Lula reconheceu que não foi possível uma declaração conjunta do BRICS, distintamente da atitude tomada em junho de 2025, quando os Estados Unidos e Israel bombardearam o Irã.

Na América Latina, destacou-se a voz do governo argentino em defesa dos Estados Unidos e Israel. Não poderia ser de outra forma, já que o presidente Milei é um serviçal de Trump. Na linha de condenação à guerra, se colocaram Colômbia, Cuba, México,

Venezuela, Chile e Uruguai. O Canadá, na América do Norte, que está sendo premido pela guerra comercial de Trump, surpreendentemente, se comportou como um vassalo, apoiando os Estados Unidos e Israel.

A União Europeia procurou dar ares de neutralidade, valendo-se do argumento de que estaria pela autodefesa contra qualquer ataque do Irã. Uma impostura descarada, diante do fato de que é o Irã que se encontra em posição de autodefesa. O Reino Unido se postou nesse terreno. Trump ameaçou a Espanha de rompimento econômico frente à condenação à guerra lançada contra o Irã. A França e Alemanha se valeram da manobra da tal da autodefesa, oferecendo apoio aos países do Golfo Pérsico que estariam sendo atingidos pelo Irã. Eis uma atitude prática de defesa do ataque dos Estados Unidos e Israel ao Irã.

Em seguida ao anúncio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara de Deputados, Lula fez um pronunciamento na reunião do dia 4 de março da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em Brasília, afirmando que a ONU se acha “desacreditada”, uma vez que “não está cumprindo aquilo que está na sua carta de criação em 1945”. E que a “ONU está cedendo ao fatalismo dos senhores das guerras e não tem espaço para os senhores de paz”. Criticou a produção de armas sofisticadas, investindo muitos recursos, quando a prioridade deveria ser a produção de alimentos. Assinalou que “630 milhões de pessoas enfrentam a fome no mundo”, enquanto se gastou no ano passado US\$ 2,7 trilhões em armamentos e conflitos.

A denúncia de Lula é objetiva, mas a solução de usar os gastos militares para sanar a fome e distribuir a riqueza é subjetiva, portanto, demagógica. Não se trata de uma opção do imperialismo e da classe burguesa em geral de gastar em armamentos e não em alimentos, mas um fenômeno regido pelas leis econômicas do ca-

pitalismo. A crise econômica retomou um dos patamares mais altos do pós Segunda Guerra Mundial. Depois da ampla destruição de riquezas e vidas humanas, veio a reconstrução, que, uma vez esgotada, recoloca a via da destruição. Em resumo, as contradições do capitalismo da época imperialista que estiveram na base dos inúmeros conflitos e das duas guerras mundiais continuam vigentes. De passagem, é bom citar o fim da Guerra Fria e a promessa do imperialismo de reviver as glórias do capitalismo e a busca da pacificação entre os povos. A derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do Leste Europeu foi apresentada como a condição para tal reconstrução e pacificação. Concretamente, as forças capitalistas impuseram profundos retrocessos nas conquistas revolucionárias do proletariado. Assim, o imperialismo, dirigido pelos Estados Unidos, preparou o caminho para a retomada da crise mundial.

A emersão econômica da China, embalada por “reformas” restauradoras do capitalismo, foi e é parte desse processo de reconstituição dos fatores da crise mundial. É visível que os Estados Unidos estão em rota de colisão com a China e agem no sentido de preparação de uma guerra no caso de não poder interromper sua expansão mundial e derrubá-la economicamente pelos métodos da guerra comercial. É nesse marco que se evidenciam as contradições que têm levado ao recrudescimento da guerra comercial, ao afloramento de conflitos simultâneos em várias partes do mundo, à instalação da guerra na Ucrânia, ao avanço do genocídio na Faixa de Gaza e, agora, à projeção bélica que envolve o Oriente Médio.

Os governos que, de uma forma ou de outra, condenaram a guerra contra o Irã, não podem reconhecer as suas raízes, que estão na base da dominação imperialista e do esgotamento histórico do modo de produção capitalista. As experiências das duas guerras mundiais, bem como das inúmeras guerras regionalizadas, expõem a contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e a relações capitalistas de produção e de distribuição. As guerras destroem forças produtivas e reorganizam a dominação imperialista. O desvio de gigantescos recursos para a indústria militar, para a estrutura das forças armadas e para os organismos de espionagem se impõem no terreno da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. É um absurdo pretender que parte da riqueza não aplicada ao desenvolvimento das forças produtivas seja direcionada pelo imperialismo para amenizar a miséria e a fome.

O governo Trump sabe que grande parte dos países não está pela guerra. Sabe também que a ONU deixou de ser um instrumento para defender os interesses dos Estados Unidos nas condições de recomposição dos fatores da crise mundial e, portanto, da decomposição das relações montadas após a Segunda Guerra. O governo Lula é reconhecido por defender uma reforma no Conselho de Segurança da ONU, como se pudesse democratizá-la em detrimento do domínio das potências, e, dos ditames dos Estados Unidos. O imperialismo norte-americano desconhece a Carta da ONU não de agora com a decisão de Trump de lançar a guerra contra o Irã e exigir que os demais países sigam o caminho traçado pelos Estados Unidos ao Oriente Médio. Essas ilusões do governo nacional-reformista põe à luz do dia sua impotência, que na realidade reflete o lugar da burguesia brasileira no campo da guerra comercial e de sua subserviência histórica à dominação dos Estados Unidos.

As ambiguidades e as vacilações dos governos que não se alinharam automaticamente à política de guerra traçada por Trump no Oriente Médio são previsíveis. Por cima das burguesias nacionais, atua o imperialismo. Governos nacionalistas que se colocam por proteger os recursos naturais inevitavelmente serão derrubados cedo ou tarde e substituídos por governos pró-imperialistas. É o que ocorre na Venezuela e o que pretende Trump com o Irã. O petróleo está no centro das duas intervenções militares dos Estados Unidos. É indisfarçável o cerco econômico que se está formando em torno à China. A ofensiva do imperialismo norte-americano na América Latina e no Oriente Médio faz parte da estratégia de derrocar a economia chinesa e submetê-la aos monopólios norte-americanos, europeus e japoneses. É com o poderio militar que a maior potência defende sua hegemonia. As vias das disputas econômicas e dos acordos diplomáticos se esgotam mais e mais, elevando a supremacia da capacidade bélica.

Dessa compreensão, transparece o fator fundamental que é o da luta de classes e do programa de transformação do capitalismo em socialismo. Camadas crescentes das massas oprimidas vêm se mobilizando no sentido contrário ao das guerras provocadas pelo imperialismo. Em suas entranhas, se manifestam a necessidade de se defenderem dos baixos salários, do desemprego, do subemprego e da informalidade. A classe operária e os demais explorados ainda não identificam a relação intrínseca entre a decomposição econômica do capitalismo, o processo destrutivo das condições elementares de existência e a miséria com as guerras, devido à ausência de partidos revolucionários e à enorme influência dos partidos burgueses sobre a vida social. No entanto, as guerras e a movimentação de camadas operárias e populares em todo o mundo despertam a necessidade e criam as condições objetivas para a retomada do curso das revoluções que abriram o caminho para a transição do capitalismo ao socialismo.

Trata-se da vanguarda com consciência de classe não só distinguir as diferenças dos governos burgueses diante das guerras, mas, sobretudo, utilizá-las para organizar os explorados no terreno da independência de classe e da luta sob o programa da revolução social.



LANÇAMENTO FOLHETO

Grupo de Estudos do Marxismo

Estudos dos livros: Imperialismo, fase superior do capitalismo A Revolução Permanente

2024

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas: R\$ 5,00

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO
GUERRAS NA UCRAÍNA E NA FAIXA DE GAZA POTENCIAM A CRISE MUNDIAL
RESOLUÇÕES, MANIFESTOS E DECLARAÇÕES

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO
A DECOMPOSIÇÃO DO CAPITALISMO TRAZ À TONA O PROGRAMA DA REVOLUÇÃO SOCIAL. A TAREFA HISTÓRICA CONSISTE EM SUPERAR A CRISE DE DIREÇÃO.

MASSAS
PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

R\$ 40

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Prisão de Vorcaro

A corrupção e as atividades mafiosas são inerentes ao capitalismo

A Polícia Federal (PF) expôs o funcionamento de uma quadrilha formada pelo banqueiro Daniel Vorcaro. Sua cúpula é formada – até onde a PF divulgou – de parentes, sócios, ex-diretores do Banco Central, policial da PF aposentado e um “sicário”. Vorcaro acaba de ser preso e o sicário se suicidou nas dependências da PF, segundo confirmação das autoridades.



do político burguês do que se imagina.

Vorcaro foi um financiador de campanhas eleitorais e usou de todas as artimanhas que permitem incentivar os privilégios de uma elite oligárquica e de carreiristas que se aproveitam do Estado. O escândalo do banco Master fará parte da disputa presidencial, já em pleno vigor. Nesse mesmo sentido, caminham as “investigações” da CPI do INSS. Junta-se a esse maré de excrementos, a inves-

tida da oposição para mostrar que Fábio L. L. da Silva, “Lulinha”, filho do presidente da República, se enriqueceu às custas de malandragens.

A quebra do Master resultou em perdas estimadas de R\$ 50 bilhões. Em sua esteira, se arrasta o banco estadual do Distrito Federal (BRB), que depende dos cofres públicos para ser salvo da derrocada financeira. Quanto mais se revelam passo a passo as consequências e os implicados da estafa, mais visível se torna a ampla rede de relações fraudulentas que perpassam empresários, governadores, parlamentares, ministros do STF e escritórios de advocacia.

Não é de se estranhar diante dos métodos mafiosos manejados por Vorcaro e seus agentes próximos. As ameaças àqueles que passaram a denunciar a trama assim que o Master afundou são próprias de quadrilhas. Ainda está por serem evidenciadas as relações do banqueiro com representantes do narcotráfico, que se valeu da jogatina financeira de Vorcaro e seus amigos para lavar capital.

As inúmeras operações policiais e judiciais do passado, sendo a mais ruidosa a da “Lava Jato”, que concluiu com a prisão de Lula, comprovam que a corrupção e a formação de quadrilhas nas entranhas do Estado são inerentes ao capitalismo. O jogo entre os poderes da República em torno aos escândalos financeiros ganha projeção justamente nas situações de agravamento da crise política. Logo, se abafa. Realizam-se algumas punições para enganar a população cuja maioria é oprimida.

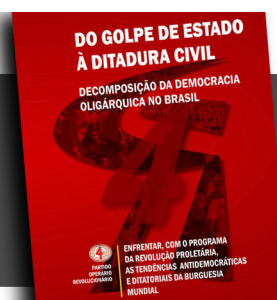
O empenho da defesa de Lulinha de impedir a quebra de seu sigilo bancário indica que boa coisa não está por vir. Flávio Dino, ministro do STF, acatou o recurso contra a quebra do sigilo bancário da empresária Roberta Luchsinger, investigada na CPI do INSS, sob a suspeita de ligação com o lobista Antônio C. Antunes, o “Careca”, que foi um dos agentes que fraudaram o INSS. Lulinha se encontra no olho desse furacão político.

As inúmeras operações policiais e judiciais do passado, sendo a mais ruidosa a da “Lava Jato”, que concluiu com a prisão de Lula, comprovam que a corrupção e a formação de quadrilhas nas entranhas do Estado são inerentes ao capitalismo. O jogo entre os poderes da República em torno aos escândalos financeiros ganha projeção justamente nas situações de agravamento da crise política. Logo, se abafa. Realizam-se algumas punições para enganar a população cuja maioria é oprimida.

O fato de a classe operária não ter ainda um partido unido do programa da revolução social e organizado em seu seio possibilita ampla margem de manobra aos partidos da burguesia, que jogam com todos os recursos para ludibriar os explorados com tais investigações que morrem entre os próprios agentes da política burguesa. Mas, a classe operária, por meio de sua vanguarda que constrói o partido da revolução social, tem respostas próprias: constituir um tribunal popular organizado desde os locais de trabalho.

A corrupção é um sintoma de decomposição da política e da democracia oligárquica. A suas causas se acham na exploração da força de trabalho da maioria oprimida, na acumulação de capital, na alta concentração em posse da minoria exploradora e, portanto, no parasitismo social da classe capitalista. Em resposta ao desastre financeiro e à roubalheira de grupos que sugam os recursos do Estado, lutamos pelo programa próprio dos explorados em defesa dos empregos, dos salários e das condições de existência da maioria que enfrenta diariamente a pobreza e a miséria. Esse é o ponto de partida para combater o capitalismo em suas raízes de classe.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

A emancipação da mulher será obra da revolução proletária

Organizar as mulheres trabalhadoras na luta contra toda forma de opressão e de discriminação

Responder à intervenção imperialista sobre as nações oprimidas e à opressão nacional e social sobre a maioria trabalhadora

Este 8 de Março ocorre quando os Estados Unidos e Israel acabam de bombardear o Irã e assassinar o dirigente da República Islâmica, Ali Khamenei, juntamente com mais de 40 líderes. Ataque que matou dezenas de meninas em uma escola, centenas de civis e já deixou milhares de feridos.

Este Dia Internacional da Mulher Trabalhadora está diante da intervenção dos Estados Unidos na Venezuela, do sequestro do presidente Nicolás Maduro, da ameaça de invasão à Cuba e à Groelândia.

Este 8 de Março acontece em meio a uma guerra na Ucrânia, que adentrou ao seu quinto ano. Guerra esta de total responsabilidade dos Estados Unidos e aliados europeus, que comandam a OTAN.

Está diante do genocídio do povo palestino e de uma paz dos cemitérios na Faixa de Gaza. Intervenção do Estado sionista de Israel que vem abalando o Oriente Médio.

Este 8 de Março, em particular, realiza-se quando a burguesia e seus governos no Brasil vêm impondo as contrarreformas e um salário mínimo de fome. Golpeiam a maioria dos trabalhadores, principalmente as mulheres pobres.

O Dia Internacional das Mulheres tem como tarefa se colocar em defesa da luta anti-imperialista, exigindo que as centrais, sindicatos e movimentos populares constituam a frente única anti-imperialista. Tarefa esta que tem como ponto de partida a defesa de um programa de reivindicações que unifica a maioria explorada.

Nestas manifestações, coloca-se um chamado às direções sindicais e populares que convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua.

Neste 8 de Março, o POR denuncia a brutal violência sobre a mulher trabalhadora no Brasil e no mundo. Mostra que a opressão vem se agravando com a decomposição do capitalismo. Dados oficiais recentes apontam que, no Brasil, as mulheres continuam recebendo salários significativamente inferiores aos dos homens: em média, nos estabelecimentos com 100 ou mais empregados, as mulheres recebem cerca de 20% a menos que os homens, exercen-

do a mesma função.

As consequências da brutal contrarreforma trabalhista recaem, principalmente, sobre a maioria das mulheres operárias. É o que se passa com o avanço da informalidade, da terceirização e da precarização das condições de trabalho. Ao mesmo tempo, milhões de mulheres continuam enfrentando a dupla ou tripla jornada, quase sempre submetidas à escala 6x1. No caso de mulheres negras, essa desigualdade se agrava ainda mais: enfrentam discriminações salariais e ocupacionais que as colocam em posições ainda piores no mercado de trabalho.

No plano internacional, relatórios indicam que, embora a igualdade de direitos seja reconhecida formalmente em alguns países desenvolvidos, a aplicação efetiva dessas leis é limitada. Ou seja, as mulheres ainda enfrentam barreiras para se integrarem à produção social, ter assegurados direitos trabalhistas plenos e proteção social efetiva. Basta observar que hoje somente 62% dos países cumprem as normas da Organização Internacional do Trabalho, que consistem em oferecer às mulheres pelo menos 14 semanas de licença de maternidade remunerada. Nos Estados Unidos, a potência hegemônica do mundo, não há uma lei federal que garanta a licença maternidade remunerada. A situação se agrava com a adoção de contrarreformas pelos governos do mundo todo.

Assim se passa em todo o mundo porque a opressão sofrida pelas mulheres é produto da opressão de classe. Opressão essa que reflete o capitalismo na fase imperialista em decomposição.

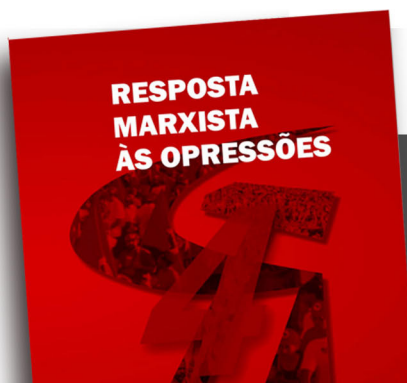
Essa distância entre direitos formais e realidade concreta revela que a opressão persiste como um problema estrutural. O capitalismo em crise vem retirando com a mão direita o dobro do que concedeu outrora com a mão esquerda, exemplo disso é o direito ao aborto seguro e legal, que vem sendo eliminado, como na Polônia, em 2020, e em diversos estados norte-americanos, após 2022.

Os efeitos da crise econômica, as políticas de austeridade e os conflitos globais recaem com maior intensidade sobre as mulheres trabalhadoras. Guerras, inflação de alimentos, cortes em serviços públicos e a precarização dos sistemas de proteção social tornam a vida cotidiana insuportável, no qual as mulheres — muitas vezes chefes de família — têm de lidar com desemprego, subemprego,

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

baixos salários e violência, em suas múltiplas formas. Um exemplo disso está na alta taxa de feminicídio no Brasil, que em 2025 foi de 4 mulheres assassinadas por dia.

A opressão da mulher é um fenômeno profundamente enraizado no modo de produção baseado na propriedade privada e na família enquanto célula econômica. As desigualdades salariais, as barreiras à participação plena no mercado de trabalho e a sobrecarga de tarefas domésticas são expressões concretas da exploração inerente ao sistema capitalista.

A revelação das leis históricas que determinam a situação de opressão sobre as mulheres, como manifestação particular da opressão de classe, tem conexão direta com a origem do 8 de Março — Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora. No final do século XIX e início do século XX, o crescimento acelerado das fábricas e das lutas grevistas colocou as mulheres operárias no centro das reivindicações por jornada de trabalho de oito horas, melhores condições laborais, proteção à maternidade e fim do trabalho noturno.

A II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em 1910, sob a liderança de socialistas como Clara Zetkin, aprovou que todos os países realizassem jornadas de luta em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras. Essa decisão refletia uma estratégia de ação internacionalista contra a exploração e opressão sofridas pelas mulheres.

Na Rússia em 1917, o combate de operárias russas em greve por “pão e paz”, insurgindo-se contra a fome, a guerra e a exploração brutal, contribuiu para desencadear a Revolução de Fevereiro, que derrubou o czarismo e instalou a república burguesa. Foi com a Revolução Russa de outubro de 1917 que as mulheres obtiveram algumas importantes conquistas, entre elas o direito do trabalho igual, salário igual e as reivindicações que aliviavam a escravização sofrida na família. Em homenagem a essas mulheres proletárias, a Conferência de Mulheres Comunistas de 1921 consolidou o 8 de março como dia mundial unificado de luta das mulheres trabalhadoras.

Recuperar a origem operária e revolucionária do 8 de Março é uma necessidade política urgente. Essa data deve ser reafirmada não como uma celebração, nem com festividades. A dura realidade vivida pelas massas femininas indica que não há o que comemorar. O 8 de Março deve ser um ponto de partida para a unificação das lutas por empregos, salários e direitos, ligando o combate por essas reivindicações elementares com a luta anticapitalista e anti-imperialista.

O problema está na crise de direção revolucionária, que abarca o movimento de mulheres, profundamente fragmentado e orientado por correntes pequeno-burguesas, de caráter reformista e centrista. A ilusão nas instituições burguesas tem canalizado a luta para o campo das eleições, das negociações no Parlamento e das medidas judiciais.

Essa política conciliadora tem conduzido a sucessivas derrotas, a exemplo da aprovação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e da Lei da Terceirização, que têm golpeado as condições de vida e de trabalho do conjunto dos trabalhadores, recaindo com particular violência sobre as mulheres.

A emancipação das mulheres trabalhadoras exige a organização do proletariado e demais trabalhadores no campo da independência de classe. A luta pelas reivindicações particulares das mulheres (creches, lavanderias e restaurantes coletivos, acesso ao aborto seguro e gratuito etc.) tem de fazer parte do programa da classe operária, que tem como estratégia o fim do capitalismo e a defesa de uma sociedade sem exploradores e sem explorados.

O POR defende que as direções do movimento sindical e estudantil convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas de rua, em defesa das reivindicações elementares das massas, combinando essas bandeiras com a luta contra as guerras de dominação e contra a opressão imperialista.

Só com a organização coletiva, consciente e combativa, com o método da ação direta (greve, ocupações, bloqueio de avenidas etc.), será possível avançar na superação de todas as formas de opressão. A emancipação da mulher será obra da revolução proletária.

Balanço do 44º Congresso do ANDES-SN

Confirma-se o prognóstico da Corrente Proletária de que governismo levaria a maior autoritarismo da diretoria

De 02 a 06 de março, aconteceu o 44º Congresso do ANDES-SN, Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, na UFBA, em Salvador-BA. Apesar da ampla participação, com 640 docentes de 89 seções sindicais (incluindo delegados e observadores), o Congresso foi marcado pela burocratização e bloqueio para construir um verdadeiro plano de lutas para os professores do ensino superior público das universidades federais, estaduais, municipais e distritais; Institutos Federais e CEFETs.

Na abertura, houve a apresentação de 14 teses. Apesar dos elementos comuns de denúncia das ações do imperialismo, sobretudo na Palestina, Irã, Venezuela e Cuba e avaliações da crise política no Brasil, foi possível notar uma divisão entre uma ala majoritária governista e outra de defesa da independência perante o governo. As teses governistas enfatizaram a tarefa de derrotar o "fascismo" nas eleições de 2026. Os petistas do Renova Andes e da Confluência Democrática (CD) (corrente originada de uma cisão à direita de Renova em 2025) clamaram para que o Andes apoie a candidatura de Lula desde o primeiro turno, a forma deste apoio seria a aprovação de uma carta de reivindicações ao candidato Lula, pedindo compromisso com esta pauta, o conhecido "me engana, que eu gosto". Quando a proposta foi modificada para ser enviada a



todos os candidatos, o Renova pediu supressão. Remetida a todos, deixaria de servir ao objetivo de semear ilusões na candidatura de Lula. Isso, depois de todos os ataques feitos pelos governos burgueses do PT.

A crise do PSOL se manifesta no interior da diretoria e levou a fissuras visíveis e à multiplicação de teses: houve a tese da diretoria; do Coletivo dirigente ALB; e das correntes que o compõem,

com a Resistência e Insurgência anunciando sua fusão, com a tese mais eleitoreira e de blindagem do governo, superando até mesmo o da ala à direita do PT. Na tese da CD se atribui a baixa popularidade de Lula à adoção "equivocada" de medidas neoliberais, enquanto a Resistência atribui a desaprovação ao governo não aos "equivocos e conciliação do governo", mas sim à "parcela significativa da população aderida ao antipetismo". Foi apresentada também a tese da corrente Ecosocialistas, que abarcou a dissidência da Insurgência.

A tese da diretoria defendeu a "urgência de convergir com amplos setores do campo progressista e da esquerda diante da ameaça tangível representada por um campo conservador aliado ao fascismo" e falseou a realidade ao dizer que o plebiscito popular pela isenção do imposto de renda a quem ganha até R\$ 5 mil, fim da escala 6x1 e taxaço dos "super ricos" foi responsável por uma "inflexão" do governo, quando o plebiscito, com baixa participação (1/5 em relação ao plebiscito da Alca) esteve subordinado ao governo, sem avançar para além das medidas eleitoreiras. A diretoria se autoelogia quanto às lutas, quanto à reforma administrativa, totalmente voltadas à pressão parlamentar, sem considerar que outros fatores da crise política seguraram a tramitação da PEC 38 e que a contrarreforma administrativa está avançando por meio do STF, normativas do MGI (governo federal) e governos estaduais e federais.

O PCB, que rompeu em 2024 com a ALB, em sua tese, chama à unidade anti-imperialista, mas o seu anti-imperialismo se limita à defesa dos governos ditos progressistas ou ao regime castrista. Diz que "Apesar de termos um governo que se apresenta com um caráter progressista, as contradições de uma política de frente ampla hegemônica pela classe dominante ampliam a vulnerabilidade da classe trabalhadora diante dos ataques das burguesias internas e seus representantes políticos em um Congresso inimigo do povo (...)".

As teses que expressaram a necessidade de enfrentar o governo Lula foram as do CAEL (PSTU/MPR); Coletivo Rosa Luxemburgo (Rosa), CPE/POR e Militância Classista. As três primeiras correntes construíram a Chapa 3, nas últimas eleições, e denunciaram o desmonte da greve das federais, por parte da diretoria (ALB e Renova) em 2024, por conta da blindagem ao governo. A tese da CPE faz a defesa da Frente Única Anti-imperialista e a oposição revolucionária ao governo Lula, o que se traduz na luta em torno às reivindicações mais sentidas dos oprimidos, exigindo das Centrais Sindicais que convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com bloqueios e paralisações, em defesa dos empregos, salários, pela revogação das contrarreformas, fim das privatizações e derrubada da reforma administrativa. Publicamos a seguir o conteúdo da apresentação de nossa tese em plenário.

Manobras autoritárias da diretoria prejudicaram o debate sobre plano de lutas dos setores

A diretoria do ANDES-SN tem negligenciado a luta em defesa do reajuste salarial. Em resposta às perdas salariais acumuladas pela corrosão inflacionária e mudanças na carreira, a diretoria

tem proposto puramente a negociação de alterações na carreira, o que divide corporativamente o funcionalismo. As teses da CPE colocaram em destaque as bandeiras capazes de unificar os servidores e comunidades universitárias. Defendemos a luta unitária do funcionalismo pela reposição salarial e pela derrubada da PEC 38. Enquanto a diretoria e a maior parte das correntes defendem projetos de lei de "autonomia", com percentuais fixos de impostos, a CPE defendeu o financiamento estatal integral, com base no orçamento calculado pelas assembleias gerais universitárias. Apesar destas propostas terem passado pela barreira dos GTs, a diretoria fez uma manobra autoritária e impediu a discussão dos itens da proposta. Para derrubar estas propostas, que respondem aos problemas concretos dos docentes e da universidade, a diretoria atacou afirmando que eram um "programa máximo", "de partido", que não correspondiam ao papel do sindicato e nem ao Caderno 2 (Projeto de Universidade do ANDES-SN). O debate foi prejudicado pelas manobras da diretoria, ainda assim a proposta de luta unificada conseguiu ir a votação e dividiu o Congresso, obtendo 149 votos contra 160.

Em relação aos métodos de luta, a diretoria e as correntes petistas têm aprofundado a linha jurídico-parlamentar, privilegiando os estudos orçamentários, assessoria parlamentar e elaboração de projetos de lei. As "jornadas de lutas" acabam se restringindo a atos em aeroportos para constranger parlamentares e manifestações voltadas às redes sociais. A marcha do funcionalismo em 29 de outubro, sem a mobilização unitária nas bases, expressou o descontentamento com a PEC 38, mas não a organização suficiente para derrubá-la. A CPE defendeu a formação dos comitês unificados, das assembleias e métodos de luta de ação direta coletiva, como greves, bloqueios e ocupações.

No plano de luta das federais, nossa tese foi a única a propor que a diretoria orientasse as seções sindicais do setor a realizarem assembleias para debater o indicativo de greve, considerando a greve em curso da Fasubra e o indicativo do Sinasefe. A diretoria interditou a discussão com a mesma manobra de impedir o debate de propostas minoritárias, à revelia do regimento. Ainda assim, diretores atacaram a proposta, tratando como irresponsável a proposição diante da conjuntura. Em um dos pontos nos abstermos e apresentamos a seguinte declaração de voto:

"Me abstive porque a condução da mesa, orientada pela diretoria do ANDES-SN, violou o regimento aprovado ao suprimir sumariamente o item 1, que tratava da orientação de rodada de assembleias para discutir um indicativo de greve para o primeiro quadrimestre de 2026, considerando os indicativos de greve da Fasubra e Sinasefe. A diretoria tem suprimido o direito das TRs que atingiram mais de 30% dos votos de serem discutidas na plenária, violando o regimento.

Por trás da violação da democracia sindical, mostra-se um conteúdo político. Quando alguém da diretoria vem dizer que devemos ter 'responsabilidade' diante da conjuntura, quer dizer que, em nome do calendário eleitoral, não podemos nem mencionar a palavra 'greve. Isso, em um momento em que os técnicos administrativos estão em greve em 31 universidades, em que o governo segue descumprindo o acordo de greve, e nossos salários e condições de trabalho estão sendo destruídos. A inaceitável violação da democracia sindical mostra uma decomposição do nosso sindicato nacional e conclamo a plenária a não permitir que isso continue a acontecer."

A declaração foi efusivamente aplaudida e houve muitas manifestações de solidariedade por parte de todas as correntes, até mesmo de militantes do grupo da diretoria (ALB).

Nossa tese sobre a política educacional denunciou o Sistema Nacional de Educação privatista aprovado por Lula via decreto e defendeu as seguintes bandeiras:

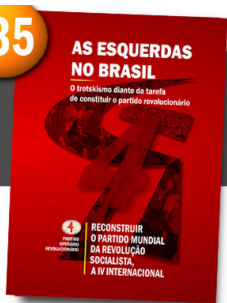
Adquira com o distribuidor:

R\$35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



"1. Fim do ensino privado! Estatização, sem indenização, de toda a rede privada de educação. Por um sistema único, público, gratuito, laico e universal. Pelo fim de todo tipo de mercantilização do ensino. Fim do ensino a distância e expropriação das empresas que lucram com as plataformas e virtualização e hibridização da educação.

2. Fim imediato do vestibular. Nenhuma barreira para a juventude oprimida acessar ao ensino superior;

3. Por uma educação vinculada à produção social. Unir a teoria e prática. Aprendizado integrado no trabalho e na escola;

4. Emprego a toda a juventude, com todos os direitos e estabilidade garantidos e jornada compatível, combinando os estudos com o trabalho;

5. Creches para as mães estudantes, e moradia estudantil;

6. Pelo governo tripartite nas universidades. Que os estudantes, professores e trabalhadores elejam, por voto universal, seus representantes com mandatos revogáveis;

7. Por financiamento estatal integral da educação pública conforme orçamento aprovado pelas assembleias gerais universitárias!

8. Pelo não pagamento da dívida pública;

9. Fim da terceirização com efetivação imediata dos terceirizados."

Infelizmente, esta TR foi discutida apenas em GTs sem a presença da CPE e foi suprimida, sem poder ir para a plenária.

Em sentido inverso, foi pavimentado o caminho para a integração do ANDES-SN ao Fórum Nacional de Educação (FNE). Há tempos as correntes petistas defendem essa participação, como se fosse o espaço essencial para "disputar" o PNE. A ALB rejeitava, afirmando se tratar de um espaço de conciliação de classes, que junta governo e setores empresariais. Em mais um sinal de aproximação entre o PSOL e PT, um militante da Resistência defendeu a entrada, pois a "conjuntura mudou". E o presidente do ANDES-SN, da mesma corrente, apoiou a proposta da CD de que esta decisão seja tomada no próximo CONAD. Ou seja, um espaço mais restrito.

Instrumentalização da pauta das opressões

Fomos procurados para que as mulheres da CPE assinassem uma tese contra o feminicídio a ser apresentada fora do prazo. O conteúdo era de que o sindicato nacional custeasse assessoria jurídica, ressarcimento de atendimento psicológico/psiquiátrico a docentes sob medida protetiva, dentre outras medidas. Discordamos da forma e conteúdo. As propostas que parecem "respostas concretas" acabam atribuindo ao sindicato reivindicações que deveriam ser direcionadas ao Estado e ocultam as raízes materiais da opressão sobre a mulher. Pelo que soubemos, a proposta veio de integrantes da ALB e foi abraçada pelo Renova, CD e UC/PCB. As mulheres e signatárias foram chamadas à frente para constranger a diretoria, que não incorporou a proposta fora do prazo, considerando que não havia justificativa plausível e as reivindicações poderiam ser colocadas como emendas. Com a comição criada, a proposta foi admitida pela maioria da plenária.

Uma tese elaborada pelo coletivo Graúna denunciou o distanciamento do sindicato em relação a uma perspectiva classista e a perseguição a opositores, muitas vezes usando a questão das opressões. Expressamos, no debate, os casos em que esse desvio está ocorrendo, despolitizando e desagregando a categoria.

Questões organizativas

O ANDES-SN vive uma crise organizativa em que os longos e extenuantes Congressos e Conads não têm sido suficientes para

debater todas as propostas apresentadas. O problema é político. Quanto mais distante das lutas concretas, mais o Congresso se desvia para o academicismo, excesso de detalhamento das atribuições da diretoria e posturas da diretoria que bloqueiam o debate, por exemplo as emendas aos seus próprios textos. Para o grupo da diretoria, porém, a tentativa é de restringir a democracia, dificultando as regras para inscrever teses ou para as propostas chegarem à plenária. Foi acordado no último CONAD a realização de um Seminário de Questões Organizativas para municiar a discussão do 44º Congresso. A CPE propôs, com o CAEL e ART, uma tese defendendo a proporcionalidade na eleição para a diretoria. Propusemos também uma mudança para que as secretarias regionais sejam eleitas regionalmente.

A diretoria chegou ao Congresso com a proposta de suprimir 14 teses e remeter a discussão para um CONAD extraordinário. A proposta foi denunciada em alguns grupos de trabalho e recuaram. Porém, diante do atraso nas discussões, este tema só começou a ser discutido às 21h30 do sexto e último dia de Congresso e a proposta de CONAD extraordinário virou a única possibilidade de se fazer este debate.

Lançamento da Revista Proletária da Educação

A CPE/POR promoveu uma atividade pública de lançamento da Revista Proletária da Educação, que tem como um dos textos o balanço da eleição do ANDES-SN. Militantes de outras correntes e professores independentes participaram, sendo uma oportunidade de apresentar a CPE, debater sobre a crise de direção e sua manifestação no movimento docente e refletir sobre as tarefas para lutar pelos salários, condições de trabalho, pela Educação Pública, em articulação com a estratégia revolucionária.

Propusemos às demais correntes de oposição à esquerda a realização de uma atividade aberta de balanço do Congresso e perspectivas do movimento docente. O objetivo será fortalecer a oposição, que pode cumprir um papel importante diante da crise política do grupo dirigente que tem desviado as lutas da categoria para o terreno jurídico parlamentar, colocando-se no campo do governismo. Como corrente, temos sido reconhecidos pela defesa intransigente da democracia sindical, pela coerência na defesa de um programa proletário para a educação e pelo classismo. Seguimos batalhando para erguer uma fração revolucionária no movimento docente.





Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXII - Março/2026

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | @massas.por



Nota do Boletim Nossa Classe

Convenção Coletiva 2025/2026 miserável é aprovada pela direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo (Sintracon)

A Convenção Coletiva 2025/2026 aprovada para os trabalhadores da construção civil de São Paulo é miserável e demonstra o aprofundamento da exploração da força de trabalho. Diante do aumento do custo de vida (alimentos, moradia, saúde, transporte etc.), a direção do Sintracon, presidida pela Força Sindical, comemora a migalha de 6% de aumento do piso salarial da categoria que, para os operários da construção civil, não vão ultrapassar os R\$ 3.192,39 por mês ou 14, 51/horas. Os novos pisos salariais da categoria serão pagos da seguinte forma: os denominados “não qualificados” receberão R\$ R\$ 2.189,97/mês ou R\$ 9,95/hora; o meio oficial R\$ R\$ 2.427,36/mês ou R\$ 11,03/hora; os “qualificados” R\$ 2.664,75/mês ou R\$ 12,11/hora; e os da montagem industrial R\$ 3.192,39/mês ou R\$ 14,51/hora. O vale refeição foi reajustado para R\$ 485,00 por mês ou R\$31,80 por dia trabalhado. Vale lembrar que esse valor é insuficiente para comprar uma cesta básica, que no estado de São Paulo, nesse início de ano, custa em torno de R\$ 845,00.

Esses reajustes de piso salarial são muito menores do que o necessário para uma família operária viver com dignidade e tendo as suas necessidades atendidas. Segundo o Dieese, para o mês de janeiro, o salário mínimo, ou seja, aquele que permite que uma família de 4 pessoas custeie as suas necessidades, deveria ser de R\$ 7.177,57, um valor muito além do que a maioria explorada recebe por um mês duro de trabalho.

Além disso, enxertos salariais, como o vale refeição, a PLR (Participação nos lucros e rendimentos) iludem os trabalhadores, porque substituem um aumento real do salário e só são pagos mediante a assiduidade e ao atendimento do cumprimento de metas de produtividades.

Diante do aprofundamento da exploração, do aumento do custo de vida, e do rebaixamento salarial o Boletim Nossa Classe chama os operários da construção civil organizar a luta em defesa de um salário mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades de uma família de quatro pessoas, pela redução da jornada sem redução salarial, pela escala móvel de reajuste salarial (sobem os preços sobem os salários). Essa luta deve ser feita com os métodos próprios da classe operária, que é a greve, a ocupação dos locais de trabalho, o piquete, as manifestações de ruas, e com independência dos partidos políticos da burguesia e da política das direções sindicais traidoras.

Chamamos os operários da Construção Civil a entrarem em contato com o Boletim Nossa Classe, para organizarmos as oposições de luta, classistas e revolucionárias nos canteiros de obras e resgatar o sindicato para a defesa das reivindicações próprias por meio da ação direta. Por um Dia Nacional de Luta, como preparação para a Greve Geral! Pôr abaixo as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização.

Retomada a Greve da Fasubra: direções governistas são arrastadas pelas bases

O Informe de Direção (ID) da Fasubra, de 21 de fevereiro, demonstrou que a deflagração ou o indicativo de greve por tempo indeterminado a partir de 23 de fevereiro de 2026 foi aprovada pela categoria técnico-administrativa de 29 Instituições Federais de Ensino (IFEs) e rejeitada em outras 15 IFEs. Diante da aprovação da greve por cerca de 2/3 das assembleias, os Técnico-Administrativos da base da Fasubra retomaram à Greve Nacional, reivindicando o cumprimento integral do Termo de Acordo que encerrou a Greve Nacional de 2024.

Nota-se que a assinatura do TAG de 2024 resultou do desmonte e traição à greve por parte das direções burocráticas, que agora agiram para bloquear a retomada da greve e proteger o governo Lula de frente ampla. A retomada da greve nessas condições indica uma forte tendência de luta na base, que rompeu a camisa de força das direções majoritárias. No SINT-IFESgo, onde não há uma oposição sindical constituída, foram 80 votos contrários à greve e 75 votos favoráveis, além de cerca de 19 abstenções, expressando o instinto de revolta da base.

Com a greve nacional deflagrada, cresceu a pressão nas bases para adesão à greve nacional, de maneira que alguns sindicatos,

como o SinTUFCE e o SINTESUF (UFCG), tiveram de publicar notas explicando porque não estão em greve. No SINDIFES (MG), em uma assembleia online em que a greve foi combatida pela direção, a greve não foi aprovada por 17 votos (250x266), e uma nova assembleia foi convocada. Em vários lugares, como Bahia e Uberlândia, as bases vêm aprovando a greve a despeito das direções governistas.

No SINDITEST-PR, a direção governista não teve coragem de defender a rejeição da greve, que foi aprovada por unanimidade. No Sintufrj, a maior base da Fasubra, a greve foi aprovada em assembleia simultânea no dia 04 de março com mais de 700 técnico-administrativos. A instalação do Comando Nacional de Greve (CNG) da Fasubra na Universidade de Brasília (UnB), no dia 02 de março, reforçou a organização nacional do movimento a partir das bases em greve. O movimento grevista ganha corpo diariamente e é preciso fortalecê-lo e massificá-lo.

Infelizmente, a base do Sinasefe, que comporta a maior parte dos técnico-administrativos e professores dos Institutos Federais, não conseguiu superar a política burocrática e o indicativo de greve foi rejeitado pela maioria das assembleias. Aproveitando-se

disso, as burocracias sindicais agendaram a Plenária Nacional do Sinasefe para discussão da deflagração da greve apenas para 17 de abril, dois meses após o início da Greve da Fasubra. A Corrente Proletária/POR batalhou e seguirá batalhando pela unificação das lutas.

Mesmo com a greve em curso, as reuniões com o governo burguês de Lula/Alckmin continuam sendo de enrolação. Por serem conciliadoras e complacentes, as direções sindicais governistas buscam “melhorias” nas deturpações e desmandos do governo, quando deveriam ser intransigentes na defesa dos interesses e reivindicações da categoria. A afirmação do MEC na Reunião de 04

de março, de que fará uma reunião com o MGI sobre a pauta das 30 horas semanais e depois informará o que foi acertado, é um escárnio. Em vez de participar de várias mesas separadas como se nada estivesse acontecendo, é dever da Fasubra exigir uma mesa única de negociação das demandas da greve.

A Corrente Proletária/POR que há um ano vem defendendo a retomada da greve nacional dos Técnico-Administrativos em Educação está intervindo e trabalhando pela vitória da greve, buscando ampliar a adesão e projetar a greve, tanto nas instituições quanto fora delas, o que exige superar o bloqueio do sindicalismo colaboracionista e fortalecer a luta classista.

Fasubra: a greve pertence à base! Nenhuma manobra burocrática no Comando Nacional de Greve!

No último dia 2 de março, a categoria de técnicos administrativos em educação deu um passo fundamental em sua mobilização: a instalação do Comando Nacional de Greve (CNG) da FASUBRA em Brasília, contando nesse primeiro momento com 11 entidades e 28 delegados de base credenciados.

Para os lutadores independentes e revolucionários, este fato não é mero detalhe de calendário, mas uma vitória política da base. Ao contrário da amarga experiência da greve de 2024 – quando a direção majoritária manobrou e atrasou deliberadamente a instalação do CNG para monopolizar as decisões e burocratizar o movimento –, desta vez, a força e a presença das delegações de base impuseram a vontade dos trabalhadores. A direção foi obrigada a cumprir o disposto no Informe de Direção, e a instaurar o espaço que deve dirigir nacionalmente a greve.

No entanto, a burocracia sindical não descansa. Se não conseguiram impedir a instalação do CNG, tentam agora esvaziá-lo por dentro. O que se observa nas reuniões do Comando Nacional é uma sucessão de desculpas e entaves burocráticos: “ainda estamos providenciando”, “estamos trocando o pneu com o carro andando”, “vamos aguardar outras delegações chegarem”.

No jargão das direções majoritárias e conciliadoras, a “logística” é sempre usada como freio para a luta de classes. Travar a atuação dos delegados de base e mantê-los em compasso de espera é uma tática consciente para desgastar a vanguarda e esfriar a greve. A burocracia teme a auto-organização. Teme um CNG vivo, pulsante e deliberativo, que escape ao seu controle e decida os rumos do movimento de forma independente.

O Comando Nacional não deve ser sala de espera ou mero carimbador das decisões tomadas a portas fechadas pela direção. A luta de classes não espera a “troca do pneu” da burocracia!

Diante das manobras imobilistas, a resposta das correntes classistas e dos delegados independentes deve ser a ofensiva política. Nesse sentido, as delegações mais conscientes apresentaram uma proposta de regimento do CNG que deverá ser submetido a votação e aprovação pelo comando até 06/03/2026.

A greve só será vitoriosa se for dirigida pelos próprios trabalhadores. A Corrente Proletária na Educação, presente no Comando Nacional de Greve da Fasubra, defende:

- Que o CNG assuma imediatamente suas tarefas políticas. A espera por novas delegações não pode justificar a inação; os delegados presentes devem votar um plano de lutas imediato, com ações de rua e unificação com os demais setores da educação em luta.

- Total transparência e democracia operária: O CNG não é propriedade da diretoria da Fasubra. Exigimos reuniões abertas,

deliberações horizontais e repasse diário às bases. Os delegados respondem às assembleias locais, e não ao aparato sindical.

- Superar a burocracia na ação: Se a direção majoritária não “providencia” a infraestrutura ou a agitação necessária, as delegações de base devem tomar a iniciativa para si, auto organizando comitês de mobilização, comunicação e finanças dentro do próprio CNG.

A greve de 2026 é consequência de todas as traições ocorridas durante a greve de 2024, que culminou em um termo de acordo sobre o qual as bases não tiveram o devido conhecimento. Na ocasião, muitas das bases aprovaram um rascunho, com diversos elementos dúbios em seu texto, iludidas pelas direções burocráticas. Essa greve pode conseguir o cumprimento integral do Termo de Acordo de Greve de 2024, mas isso exige derrotar o imobilismo de cima para baixo. Todo poder de decisão aos comandos de base e ao Comando Nacional de Greve!

Reproduzimos o Boletim distribuído na assembleia de 2 de março a seguir.



Retomada da Greve da Fasubra expressa resistência do baixo funcionalismo à contrarreforma administrativa nacional

A Greve Nacional dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) das Instituições Federais de Ensino (IFEs) de 2024 teve como pauta central a Reestruturação do PCCTAE. O Termo de Acordo que suspendeu a greve definiu o prazo de até 180 dias para a realização de estudos e encaminhamentos para a implementação dos itens acordados. Acontece que diversos itens acordados seguem no papel.

Nesse período, implementaram-se parte dos itens acordados na greve, tais como:

1. reposição parcial e parcelada das perdas salariais acumuladas;

2. redução do interstício da progressão por mérito profissional;
3. aceleração da progressão por capacitação e às regras de transição relativas à progressão por capacitação;
4. elevação do percentual do step;
5. extinção do Incentivo à Qualificação (IQ) com Relação Indireta.

Junto a isso, o Governo Lula/Alckmin instituiu várias medidas à revelia das entidades sindicais e/ou contrárias ao que foi acordado na greve, tais como:

1. extinção de cargos com requisito de escolaridade inferior ao ensino médio em troca da criação de dois macrocargos de nível D e E;
2. reposição salarial diferenciada para médicos e médicos veterinários, que receberam um índice inferior ao acordado e seguem sem a elevação do índice do step;
3. um Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) ultra restritivo;
4. a exclusão dos TAEs aposentados do RSC, da aceleração da progressão por capacitação automática e do fim do IQ indireto;
5. abertura da contratação de TAEs temporários para atuar com Pessoas com Deficiência (PcDs).
6. restrição da jornada flexibilizada (para quem realiza atendimento ao público);

Outra parte dos itens acordados na greve seguem pendentes, tais como:

1. carga horária das profissões regulamentadas;
2. implantação da “hora ficta” e do plantão de 12 horas x 60 horas para servidores que trabalham em regime de plantão ou escala;
3. jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem redução salarial;
4. racionalização e revisão dos fazeres (atribuições) dos cargos ocupados;
5. liberação de concursos de Intérpretes de LIBRAS (Nível E), com aumento de vagas para esses cargos;
6. reposicionamento dos aposentados;
7. revisão das condições para concessão dos adicionais ocupacionais;
8. revisão do Decreto N.º 9.991/2019;

E parte das medidas implementadas ainda aguardam regulamentação, tais como:

1. os fazeres dos cargos (atuais e novos);
2. o RSC;

Diante deste quadro, os TAEs foram empurrados a retomar o método grevista para fazer valer o Termo de Acordo da Greve (TAG) de 2024, exigindo o seu cumprimento integral e imediato por parte do governo.

Vale observar que na Campanha Salarial de 2024, as burocracias sindicais corporativistas apresentaram a política de Reestruturação do PCCTAE como a via para reverter o sucateamento da carreira formulando “reivindicações factíveis” para que pudessem ser aceitas pelo governo nacional-reformista.

Contudo, essa via serviu para dividir os trabalhadores e aprofundar a terceirização e o sucateamento da carreira. Enquanto os macrocargos consolidaram a extinção/terceirização de funções públicas, o RSC se tornou uma gratificação. O desrespeito aos estudos e deliberações da CNSC e de GTs combinado com diversas medidas unilaterais ilustra o fracasso do sindicalismo propositivo, do ponto de vista dos explorados.

As medidas impostas pelo governo Lula/Alckmin estão em

consonância com o arcabouço fiscal e com a contrarreforma administrativa infraconstitucional. Em São Paulo, o governo de ultradireita de Tarcísio de Freitas promoveu diversas medidas de contrarreforma administrativa e hoje atua para instituí-las em Lei através do PL N.º 1316/2025 e da Minuta de Lei Complementar da Nova Carreira Quadro de Apoio Escolar (QAE), expressando a diretriz estatal de desmonte do baixo funcionalismo público.

Nesses mais de 600 dias desde a assinatura do TAG, a Direção Nacional (DN) da Fasubra capitulou às diversas imposições do governo, com destaque para a aceitação da prorrogação do prazo. Mais do que isso, a DN não encaminhou deliberações de Plenárias, como o cronômetro do prazo, a Campanha Nacional pela Jornada de 30h, a elaboração do quadro de itens pendentes, a campanha “Fora Esther, José Celso e Feijó!” etc.

Nesse sentido, a retomada da Greve da Fasubra é fundamental para que os trabalhadores tomem a luta em suas próprias mãos. Para conter os retrocessos impostos aos TAEs é necessário um sindicalismo combativo. A greve enfrenta a desmoralização da categoria e desmascara a política do governo e das burocracias colaboracionistas, mas é fundamental avançar na organização para arrancar as reivindicações.

Distintamente de 2024, neste ano não há perspectiva de adesão da greve pelo Sinasefe e pelo Andes-SN, o que isola a greve da Fasubra no âmbito do funcionalismo federal. A unidade da Fasubra é imprescindível, mas, tragicamente, uma parte das entidades seguem negligenciando os interesses da categoria em nome da governabilidade e do eleitoralismo. Devemos chamar essas entidades a reavaliar a atitude diante da deflagração da greve nacional.

O governo Federal geralmente busca vencer a Greve dos TAEs pelo cansaço. A Greve da Fenasp de 2024 pelo cumprimento do TAG de 2022 não conseguiu quebrar a intransigência do governo. Essa experiência deve ser considerada para prepararmos ações que projetem a greve desde o seu início, buscando unir o movimento com outras lutas em curso e batalhando pela vitória da greve.

Por isso, neste momento, a CPE/POR defende as seguintes propostas:

Rodada de assembleias na base da Fasubra para discutir ações de fortalecimento da greve, incluindo a avaliação de adesão à greve para quem ainda não aderiu;

Convidar entidades sindicais e estudantis e movimentos populares a publicarem notas e matérias em apoio à Greve dos TAEs;

Construir um Dia Nacional de Luta dos TAEs com atos estaduais ou regionais em 12/03/2026;

Fazer um chamado ao FONASEFE e às Centrais Sindicais para construir Dia Nacional de Luta, com paralisações e marchas nos estados, pela reposição integral das perdas salariais e demais reivindicações;

Preparar a ocupação do MGI ou do MEC;

Pelo cumprimento integral e imediato de todos os itens do Termo de Acordo N.º 11/2024;

Pela abertura de uma mesa única de negociação das demandas de greve, com participação da Fasubra e de todos os órgãos pertinentes (MEC, MGI, Casa Civil);

Pela publicação imediata, de forma centralizada, de todos os estudos de viabilidade sobre o Termo de Acordo N.º 11/2024;

Pela revogação da Portaria MGI N.º 5.127/2024;

Pela devolução de todos os cargos vagos extintos pela Lei N.º 15.141/2025;

Pelo veto dos dispositivos que permitem a contratação de TAEs temporários, a restrição da jornada flexibilizada e demais itens regressivos previstos no Substitutivo ao PL N.º 5.874/2025;

Pelo fim das restrições ao direito de greve.

Toda força à Greve Nacional da Fasubra!

207ª Plenária Nacional do Sinasefe

Direção sindical usa discursos governistas para NÃO deflagrar a greve e deixa a Fasubra isolada!

Entre os dias 27 e 01 de março, ocorreu em Brasília a 207ª Plenária Nacional do Sinasefe que tinha como principal objetivo aprovar a deflagração da greve dos servidores federais. O indicativo de greve foi aprovado no 37º Consinasefe pelo atendimento do acordo de greve. O Congresso aconteceu entre 11 e 14 de dezembro de 2025, onde foi marcada a Plenária Nacional presencial para deflagração da greve, sob a condição de que as seções discutissem a greve até o dia 24/02. A FASUBRA iniciou a greve em 23/02.

A direção nacional é composta de forma proporcional, com presença de correntes do PT, PSOL, PCB e minoritariamente PSTU. O Congresso que serviria para aprovar o apoio à reeleição de Lula acabou sendo ofuscado com a indignação dos delegados diante do não atendimento do acordo de greve pelo governo. Os técnicos (TAEs) aguardam o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), mas o governo aprovou uma proposta que impede que seja para todos os TAEs, atendendo apenas 75% dos servidores e não será pago aos aposentados, além de várias exigências que dificultam que os servidores alcancem. Sobre a redução da carga horária de 40 para 30 horas semanais para os TAEs, sem redução do salário não há nada, só a promessa contida no acordo. Nem pautas não orçamentárias como o fim do controle de ponto docente foi derrubado. Além disso, o governo aproveitou o debate sobre a Reestruturação de Carreiras para aprovar a Lei 1466/25, que transforma os valores de progressão da carreira docente em valores fixos, que não são ajustados com o salário, o que significará uma desvalorização salarial ao longo dos anos. Além disso, após a greve, o governo resgatou a Reforma Administrativa que fere os direitos dos servidores públicos. O fato é que o governo contou com a política governista da direção nacional, que manteve a base na passividade das Plenárias Nacionais híbridas por mais de um ano após o fim da greve. Assim, o governo ganhou tempo para enrolar e manter a política de ataque à categoria.

Dos informes das assembleias locais, 12 seções aprovaram o indicativo de greve, enquanto 31 seções votaram contra a greve e 6 seções se abstiveram. Na maioria dos informes, ficou evidente que o período de consulta à base foi desfavorável à construção da greve, com a maioria voltando de férias. Assim, a indisposição para

greve não foi detectada pelas assembleias presenciais nos campi.

A direção nacional e as direções de seções locais não fizeram falas diretamente contra a greve. Mas, insistiram em usar os informes das seções para afirmar que não há disposição da base para a greve e que este ano não é período de greve, que a mobilização deve servir para barrar o avanço da ultradireita nas urnas e que a greve deve ser construída para 2027, com a retomada da campanha salarial.

No encaminhamento, foi aprovado a não deflagração da greve, mas sob confusão, em seguida foi votada e aprovada que seria mantido o indicativo de greve, para voltar para base e discutir sobre a deflagração do movimento paredista – mostrando que a base não estava convencida a não fazer greve diante do descumprimento do acordo pelo governo. Mas, a direção nacional logo se movimentou para garantir que a Plenária Nacional de deflagração da greve ocorra apenas em 17/04, proposto pelo Coletivo Pão e Rosas (PSOL) e seguido pelo Atente e Fortes (PT). Ou seja, assim os governistas ganharão mais tempo para garantir que a base não se choque com a reeleição do governo Lula, deixando assim a Fasubra em uma greve isolada.

A Corrente Proletária/POR atuou na Plenária com delegação, com falas, distribuição de manifesto e banca de materiais. Defendeu a deflagração imediata da greve pelo atendimento do acordo de greve, pela recomposição salarial, contra os cortes de verba e contra a Reforma Administrativa. Apontou a importância de voltar para a base, nas assembleias presenciais nos campi e construir a greve para não deixar a FASUBRA isolada na luta pelo cumprimento do acordo. Defendeu a construção de um Dia Nacional de Luta, com paralisação nos locais de trabalho e atos de rua. Propôs uma moção de liberdade à Mateus Galdino, preso político por participação em ato em defesa da Venezuela em Recife/PE. E, defendeu a unidade dos explorados, que a centrais, sindicatos, movimento estudantil e movimentos populares organizem um Dia Nacional de Luta contra as contrarreformas, em defesa dos empregos, pelo fim do cerco de Trump a Cuba, contra a política de guerra imperialista, que mantém a guerra na Ucrânia, dizima o povo palestino e ataca o Irã.

São Paulo

Intervenção da Corrente Proletária na Assembleia Regional da Apeoesp

A assembleia regional da Apeoesp, ocorrida na subsede da Lapa, ocorreu no dia 28 de fevereiro. Contou com uma boa presença de professores, entre eles mais de uma dezena de desempregados. A assembleia foi marcada por denúncias de perseguição política, de expulsão de professores efetivos pelas avaliações de desempenho, da caótica atribuição de aulas, do fechamento de salas de aulas, das precárias condições de trabalho e dos milhares de professores da categoria O desempregados ou subempregados sob ameaça de extinção dos contratos por não atingirem as 20 aulas semanais. Não bastando todos esses problemas, também se somaram o PL 1316, a reforma administrativa de Tarcísio, prestes a ser aprovada na Assembleia Legislativa e a recusa do governo em reajustar os salários e cumprir a Lei do Piso do Magistério.

Em relação à situação dos professores, duas propostas foram apresentadas. A defesa da greve na assembleia de 6 de março, defendida pela Corrente Proletária, PSTU e independentes. Contra-

pondo a essa proposta, o agrupamento Resistência (PSOL), PCB e Articulação (PT) se colocaram por uma nova paralisação no dia 20 de março. Venceu a proposta de greve.

No ponto sobre a situação mundial e nacional, havia acordo sobre o combate ao intervencionismo militar dos Estados Unidos no Irã e na Venezuela. As diferenças surgiram quanto ao método de enfrentar o imperialismo norte-americano. A Corrente Proletária se posicionou pela defesa do chamado às centrais, sindicatos e movimentos para as manifestações de rua e constituição da frente única anti-imperialista. Nessa discussão, a Resistência e PCB se colocaram também pela frente única anti-imperialista. A posição contrária foi do PSTU. Com poucos votos, venceu a posição contrária à frente única anti-imperialista.

Aprovou-se a constituição de um comando de mobilização para convocar para a assembleia de 6 de março, bem como acresci-

mos na pauta de reivindicações. Também aprovou-se a moção de apoio à greve dos Técnicos Administrativos das escolas federais, proposta da Corrente Proletária.

A Corrente Proletária distribuiu um Boletim, expôs sua banca de materiais políticos e interveio em favor da greve, criticando o eleitoralismo das correntes e assinalando a importância da greve unificada.

Reproduzimos abaixo pontos da intervenção dos camaradas do POR.

“Além desses problemas vividos nas escolas pelo conjunto dos professores, a situação política internacional do último período é sombria. A intervenção do imperialismo norte-americano na Venezuela, com o sequestro do presidente Nicolás Maduro; as ameaças de altas taxações dos produtos importados para os EUA; as ameaças à Cuba e Groelândia e, por último, os bombardeios ao Irã promovidos por Israel e EUA indicam o avanço da escalada bélica.

Diante desse quadro nefasto de crise da educação e econômica, a tarefa dos professores e representantes de escolas é a de debater as ações do sindicato para barrar os ataques do governo e para organizar os trabalhadores contra a ofensiva imperialista na América Latina e em outras partes do mundo.

Para lutar contra as medidas draconianas impostas pelo gover-

no truculento e autoritário de Tarcísio de Freitas à escola pública e ao conjunto dos trabalhadores, a Corrente Proletária defendeu que o único caminho é aprovar a greve na assembleia do dia 06 de março sobre a base de propostas que unificam professores e estudantes: 1) abertura das salas fechadas, que inclui o período noturno com redução do número de alunos por sala (25 nos anos finais e 15 nos iniciais); 2) efetivação de todos os professores contratados; 3) fim das avaliações de desempenho; 4) não à farsa do ensino por plataformas e 5) reposição das perdas salariais. Nenhum professor recebendo menos que o Piso do Dieese, por 20 horas semanais.

Perante as medidas que atingem a maioria trabalhadora do Brasil defendeu: um Dia Nacional de Luta com paralisação, em defesa dos salários, empregos, direitos, que inclui a eliminação da escala 6X1 e não submeter os sindicatos às disputas burguesas em torno às eleições de outubro, ou seja, independência de classe. Para organizar os trabalhadores contra a intervenção imperialista defendeu que as centrais, sindicatos e movimentos populares trabalhem por constituir a frente única anti-imperialista, sobre a base do programa e métodos próprios da classe operária.

Por fim, propôs uma moção de apoio à greve dos trabalhadores das universidades federais (FASUBRA), que teve início em 02 de março, reivindicando que o governo burguês de Lula/PT cumpra o acordo firmado durante a última greve e que não foi cumprido.

São Paulo

Atuação da Corrente Proletária na reunião de representantes do Sinpeem

A Corrente Proletária na Educação interveio na reunião de representantes da Sinpeem (Sindicato dos professores do município de São Paulo), que ocorreu no dia 03 de março. Compareceu ao RE com o Jornal Massas e seu Boletim de propostas para o início da campanha salarial.

No Boletim e nas intervenções em plenário, mostrou o quadro sombrio da crise mundial capitalista e a urgência em constituir a frente única anti-imperialista. Mostrou que as inúmeras intervenções do imperialismo norte-americano, desde a Guerra na Ucrânia que completou quatro anos, o genocídio de palestinos na Faixa de Gaza, o sequestro de Nicolás Maduro na Venezuela, as ameaças à Cuba e, agora, dos ataques ao Irã são expressões da barbárie do capitalismo em decomposição. Que é preciso exigir que as centrais, sindicatos e movimentos populares se coloquem pela constituição da Frente Única Anti-Imperialista, sob a direção e métodos da classe operária.

Diante dos ataques sistemáticos do prefeito Ricardo Nunes à educação municipal e às condições de vida dos trabalhadores, que tem como seu principal aliado o governador Tarcísio de Freitas que aplica as mesmas medidas de destruição da escola pública, com privatização, terceirização e imposição de projetos como das escolas de tempo integral (PEI) e cívicos militares, é necessário a unidade na luta entre os trabalhadores municipais, estaduais e o conjunto do funcionalismo. Em uma das intervenções cobrou o apoio do Sinpeem à greve dos trabalhadores das universidades federais (FASUBRA), que teve início no dia 02 de março. Por fim, defendeu que a assembleia fosse antecipada para o mês de março, visto que o prefeito já definiu o valor do reajuste na última greve da categoria. Além disso, tem aplicado a reforma administrativa, com a Lei 18.221, que retira direitos históricos conquistados nas lutas.

São Paulo - ABC

Constituído o Comitê contra as demissões e os ataques de Tarcísio e Feder



No sábado, 28 de fevereiro, ocorreu na sede do Sindicato dos Químicos do ABC o evento de Lançamento do Comitê de Luta contra as demissões e os ataques de Tarcísio e Feder, organizado pela Subsede Santo André da Apeoesp, com a presença de cerca de 100 professoras/es, ativistas e lideranças sindicais, estudantis e políticas da região.

As falas dos professores expuseram o quadro catastrófico do magistério estadual de São Paulo, com cerca de 40 mil professores demitidos, e milhares de famílias jogadas à situação de fome e despejo pelo governador Tarcísio. O Comitê compareceu como um novo instrumento para impulsionar a luta, independente da estru-

tura do sindicato, que já possui outras instâncias sindicais, como os conselhos de representantes. O desafio central está em superar a muralha das burocracias sindicais, que há uma década impede a deflagração da greve da categoria.

A Corrente Proletária/POR interveio com vendagem de publicações e pronunciamentos. Em sua fala, o trabalhador Técnico-Administrativo da UFABC, que é membro da Coordenação do SinTUFABC e militante da CPE, saudou a iniciativa, destacou o quadro de ataques em todos os níveis, reconheceu a greve como instrumento de autodefesa dos explorados, falou sobre a retomada da Greve da Fasubra em função do descumprimento do Acordo da Greve de 2024 pelo Governo Lula/Alckmin, apoiou a deflagração da greve da Apeoesp para que os trabalhadores possam resistir

coletivamente aos ataques, e concluiu declarando que a luta de classes não tem atalhos, portanto, ou trabalhadores recorrem aos seus métodos próprios de luta, ou terão de arcar com os ataques. Já a funcionária aposentada da rede pública estadual e militante da CPE, divulgou nosso folheto recém publicado sobre os funcionários de escola, destacando sua importância, visto que geralmente os funcionários são subtraídos das discussões que envolvem a comunidade escolar. Contextualizou o histórico de desmonte da categoria, por meio da extinção de cargos, reestruturações de cargos e carreiras e terceirizações, e concluiu afirmando a necessidade de erguer a luta unificada e a frente única anti-imperialista.

Viva a luta unitária dos trabalhadores! Todo apoio ao Comitê de luta de Santo André!

São Paulo – Corrente Proletária – funcionários de escolas

Sindicato dos Funcionários da Educação realizará seu VI Congresso da Capital

No dia treze de março, o Sindicato dos Funcionários da Educação realizará seu VI Congresso da Capital, atingindo as subseções da capital e com um abono de ponto por representantes de escolas. Não se trata de um Congresso com caráter deliberativo. Além da burocracia de rejeitar a convocação de um Congresso estadual, envolvendo todos os funcionários de escolas, nada é votado. Há a obrigatoriedade de participar dos Congressos “regionais”, para ter o direito de ser indicado para o Congresso que se realizará somente em 2027. Trata-se, portanto, de um Congresso antidemocrático. Seu formato chega a ser estranho para as burocracias de outros sindicatos. Na realidade, serve para a direção da Afuse fazer campanha eleitoral para a reeleição de Lula e para a eleição de deputados do PT e de partidos aliados. Sempre reafirmando a ilusão de que se os trabalhadores “votarem certo” podem conseguir “melhorias”. Nos últimos anos, essa falsa ilusão vem acompanhada do discurso de que é preciso derrotar a direita, o fascismo.

Mesmo nessas condições burocráticas, a Corrente Proletária vem convocando os funcionários para o dia 13 de março. Redigiu uma proposta que será apresentada nesse VI Congresso, ressaltando a independência de classe, as reivindicações que unificam os funcionários efetivos, contratados e terceirizados, a unidade dos trabalhadores da educação para derrotar as medidas privatizantes de Tarcísio/Feder e a defesa da luta anti-imperialista para enfrentar o intervencionismo de Trump e das potências aliadas.

Reproduzimos abaixo alguns pontos do documento da Corrente Proletária

Tese Sindical

1. Convocação imediata de Assembleia Geral

Que os representantes do VI Congresso da Capital aprovelem a imediata convocação de uma Assembleia Geral como método de organizar a categoria frente a todos os ataques vividos nestes quatro meses.

Existe um descontentamento geral na categoria dos funcionários de escola, principalmente entre os funcionários do cargo de Agente de Organização Escolar. Desde dezembro, o governo tem

atuado para excluir e terceirizar o funcionário de escola, o Agente de Organização Escolar. Em dezembro, colocou o decreto de divisão das escolas em duas e não respondeu a nenhum questionamento que os funcionários fizeram.

Ainda no mês de dezembro, o governo implementou o banco de talentos e, agora, em fevereiro, publicou um decreto de extinção de cargos, onde o cargo de Agente de Organização Escolar foi extinto. Portanto, trata-se de um ataque imenso à categoria, e a resposta obtida pelo sindicato é um embuste.

Essa é uma batalha que deveríamos estar organizando. Deveríamos, já em janeiro, ter sido convocados para uma assembleia a fim de discutir todos esses ataques.

2. Defesa das reivindicações básicas da categoria

Um salário vital que dê para sustentar a família, discutido seu valor em assembleia geral; redução da jornada de trabalho e condições melhores de trabalho.

Fim da terceirização; efetivação de todos os que trabalham na escola; recomposição dos cargos que foram extintos.

3. Unidade com a classe operária na defesa da educação

Se a destruição da educação está vinculada à crise econômica do capital, sua defesa não pode ser somente dos trabalhadores da educação. A escola pública atende majoritariamente aos filhos os explorados; sua precarização atinge diretamente a classe operária.

A luta pela educação pública, gratuita e única se conecta às condições de vida, emprego, salário e direitos sociais. A unidade entre funcionários, professores, estudantes e trabalhadores em geral fortalece a resistência contra cortes, privatizações e contrarreformas.

Essa unidade deve classista e de luta, sem corporativismo. A defesa da educação necessariamente nos obriga a ter uma posição de enfrentamento aos governos, sejam eles de direita ou de ultradireita, como o governo Tarcísio de Freitas, que tem levado às últimas consequências o fim das conquistas do funcionalismo.



A decomposição da Educação é um reflexo da crise do capitalismo

Revista Proletária na Educação

Agosto 2025

A 13ª edição da Revista Proletária da Educação está sendo publicada em um momento de agudização da crise do capitalismo, com o recrudescimento das guerras, das tendências bélicas e fascizantes. A Educação, como parte da superestrutura, é determinada – em última instância – pela estrutura da sociedade, ou seja, pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Sendo assim, acaba necessariamente refletindo a crise do modo de produção capitalista.

Minas Gerais

Educadores decidem, em assembleia, entrar em greve

A assembleia geral dos trabalhadores da educação em Minas Gerais, realizada em 26/2 no pátio da ALMG (Assembleia Legislativa), em Belo Horizonte, decidiu pela paralisação das atividades a partir de 4 de março. A categoria reivindica um reajuste salarial de 41,83%, correspondente às perdas de 2019 a 2025, e a aplicação do reajuste previsto na Portaria Nº 82 do MEC, de 30 de janeiro de 2026, ao vencimento inicial das oito carreiras da educação básica. Nessa Portaria oficializa o novo valor do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica para 2026, fixado em R\$ 5.130,63, valor que está bem aquém do salário mínimo do DIEESE, calculado em R\$ 7.156,15.

Além do reajuste salarial, o Sind-UTE/MG está defendendo nesta Campanha Salarial uma série de outras reivindicações voltadas às questões econômicas e educacionais. É importante perceber como a destruição da escola pública se dá em nível nacional. Zema, Tarcísio e Ratinho Júnior querem entregar a educação pública para o setor privado, com uma espécie de PPP da educação. Há também a luta contra a militarização das escolas, salas de aula superlotadas, fechamento de salas e o ensino integral excludente, completamente desconectado da realidade dos educandos e que só representa um aumento do tempo de confinamento dos jovens na mesma escola falida de sempre.

A greve por tempo indeterminado, deflagrada no dia 4/3, representa um avanço na consciência dos trabalhadores em educação. No entanto, não basta marcar a greve estadual e delegar de forma protocolar para as diversas cidades. É necessário romper o isolamento e construir a greve junto aos demais setores dos trabalhadores, os da classe operária em particular, porque são os filhos dos trabalhadores, em sua enorme maioria, que dependem da rede pública. A greve, que é o método de luta da classe operária, incorporada pelos demais trabalhadores, precisa ser organizada nas bases, construída em cada local de trabalho, junto à comunidade escolar. Daí a importância de unificar as ações em torno às reivindicações básicas da classe operária, incorporando a luta dos educadores.

Outra questão de grande importância é a necessidade de com-

binar a luta pelas reivindicações elementares dos educadores e das massas em geral com o combate anti-imperialista. A agressão militar dos EUA e seu fantoche no Oriente Médio, o Estado sionista de Israel, ao Irã coloca o risco de uma expansão do conflito, trazendo uma série de consequências nefastas aos oprimidos do mundo todo. É necessário derrotar a ofensiva estadunidense, construindo a frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado. O que passa por mobilizar os explorados a partir de suas necessidades mais concretas, fazendo a ligação com as bandeiras mais amplas, de luta contra as guerras de dominação, pela autodeterminação dos povos e por uma paz sem anexações.

Para cumprir essa tarefa, é fundamental que os educadores realizem um balanço crítico das experiências das últimas mobilizações. A tática de pressionar os parlamentares e de depositar todas as fichas na Justiça tem conduzido os movimentos a sucessivas derrotas. Não adianta eleger os chamados “parlamentares progressistas”, pois o Parlamento é parte do Estado burguês, um campo de batalha dominado por nosso inimigo de classe, que são os capitalistas. Assim foi na privatização da COPASA, por exemplo, ocasião em que as direções sindicais desviaram a mobilização para os meios da institucionalidade burguesa, conduzindo os trabalhadores a uma grande derrota.

A recente vitória dos indígenas da região do Tapajós, que ocuparam a Cargill e conquistaram um recuo do governo, demonstrou qual é o caminho da vitória: o método da ação direta coletiva, ou seja, as greves, ocupações, manifestações massivas de rua etc. A direção do Sind-UTE deve mobilizar os educadores no campo da independência de classe, e não utilizar a ferramenta de luta dos trabalhadores como trampolim eleitoral, para somente eleger como deputados os candidatos de seus partidos aburguesados, como vem fazendo há tempos. O reajuste salarial e o atendimento às demais reivindicações da categoria só serão conquistados com luta. A Corrente Proletária se coloca pela vitória da greve, levantando todo o apoio aos grevistas que enfrentam o direitista Zema, exigindo que sejam plenamente atendidas as reivindicações do movimento.

Santa Catarina

Governo ataca as cotas nas universidades

O governo de Santa Catarina sancionou um projeto de lei que proíbe a adoção de cotas raciais em universidades públicas do estado e também em instituições privadas que recebam recursos públicos. O projeto estabelece multa de 100 mil para cada edital que descumpra a determinação.

O fim das cotas raciais deve atingir estudantes:

- Da universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc);
- Instituições do sistema Acafe;
- Faculdades privadas que recebem bolsas do programa Universidade Gratuita e do fundo de Apoio à educação Superior (FUMDESC).

O que diz o projeto de lei que ficam excluídas da proibição a reserva de vagas para:

- Pessoas com Deficiência (PCD);
- Estudantes vindos de instituições estaduais públicas de ensino médio;
- Aqueles baseada em critérios exclusivamente econômicos.

A lei foi suspensa pelo TJSC por meio de uma decisão liminar

(temporária) e deu o prazo de 30 dias para que o governo do estado e a Alesc prestem informações ao judiciário. A decisão pontuou que “A jurisprudência do STF, em precedentes reiterados, reconheceu a legitimidade constitucional das políticas de ação afirmativa, inclusive com recorte racial”.

O projeto foi apresentado em outubro do ano passado e, mesmo considerado inconstitucional pelo primeiro relator, deputado Fabiano da Luz (PT), recebeu novo parecer e foi aprovado. A aprovação da lei, em 10 de dezembro, ocorreu na modalidade simbólica, quando não há a apresentação no painel do plenário dos 40 deputados indicando que votou “sim”, “não” e abstenção. Somente sete dos 40 deputados catarinenses se manifestaram contrários à aprovação do projeto de lei de autoria do deputado Alex Brasil (PL), amigo do governador Jorginho Mello do mesmo partido.

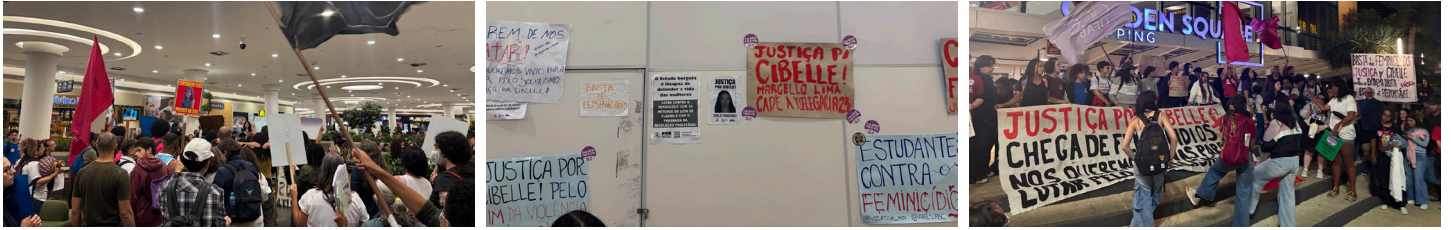
Houve pouca resistência na verdade, quase nada. Somente alguns militantes e um vereador do PT fizeram um ato de manifestação na frente da Alesc, defendendo as cotas as demais correntes não se manifestaram.

O (POR) Partido Operário Revolucionário denuncia este ataque reacionário, embora defenda uma linha diferente às “ações afirmativas”, sustentadas pelas correntes reformistas. O acesso da

juventude oprimida ao ensino superior – e a toda educação escolar – depende da constituição de um único sistema público e gratuito

dos primeiros anos iniciais do pré-escolar até a universidade, que exige a estatização sem indenização de todo o sistema privado.

■ Protesto contra feminicídio no ABC



Na quarta-feira, 25 de fevereiro, à noite, a jovem trabalhadora Cibelle Monteiro Alves, de 22 anos, foi assassinada durante seu expediente de trabalho na joalheria Vivara, localizada no Shopping Golden Square pelo seu ex-namorado, que cometeu o feminicídio esfaqueando a garganta de Cibelle, pois não aceitava o fim do relacionamento. O caso teve ampla repercussão e até políticos burgueses das Prefeituras de São Bernardo do Campo e de Santo André, participaram de atos de denúncia, mas de forma completamente hipócrita.

O DCE da UFABC, juntamente com a ARES-ABC, o SinTUFABC, a ADUFABC e a Frente Regional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher convocaram o ato no dia 2 de março, que teve como bandeira: “Chega de feminicídios! Justiça por Cibelle!” com concentração no campus São Bernardo do Campo da UFABC. A manifestação marchou do campus até o shopping, onde houve jo-

gral, falas e cartazes de denúncia do feminicídio, da escala 6x1 e da impotência do Estado-burguês em proteger a vida das mulheres. Foi denunciado que Cibelle tinha três Boletins de Ocorrências registrados e uma medida protetiva de urgência, o que não foi suficiente para protegê-la.

A Corrente Proletária/POR participou da manifestação e interveio com a vendagem do Jornal Massas e de folhetos sobre a questão da mulher, colagem de cartazes e um pronunciamento. Nosso pronunciamento ressaltou o quadro internacional de ataques, com as agressões imperialistas em curso, destacando as consequências para as mulheres, como no genocídio na Faixa de Gaza, no recente ataque à escola feminina no Irã, o papel dos monopólios no financiamento disso, e concluiu colocando a necessidade de construir a Frente Única Anti-imperialista.

■ Luta dos povos indígenas e movimentos sociais na região Amazônica contra o decreto 12.600

No dia 24 de fevereiro, aconteceu um ato contra o decreto 12.600, que determinava a privatização dos rios Tapajós, Tocantins e o Rio Madeira. Em Porto Velho, o ato foi organizado pelo “Movimento Rio Madeira Vivo”, composto pela Cáritas Sudoeste, CPT/RO, MAB, Adunir e diversas organizações de luta dos indígenas do estado. Na organização do ato, o POR atuou na mobilização com a panfletagem, convocando os trabalhadores e explorados a participarem do ato. A militância do POR assumiu também outras tarefas para que o ato fosse concretizado.

Esse movimento teve início após a grande luta organizada pelos movimentos indígenas do Pará em defesa dos rios, contra o Decreto 12.600, que exigia que o presidente Lula revogasse o decreto. Em Porto Velho, o ato contou com mais de 150 pessoas, com presença majoritária de lideranças indígenas, de militantes de diversos movimentos sociais, de setores da igreja católica dos quais fazem parte os Cáritas e militantes ribeirinhos, que são prejudicados de modo imediato pelas ações que afetam os rios.

O POR interveio no ato com Manifesto próprio e fala indicando que os projetos de privatização são parte da política de destruição da natureza em nome do lucro dos capitalistas do agronegócio. E que somente a unidade de todos os explorados munidos de um programa proletário para a tomada do poder político através da revolução proletária possibilitará barrar a ganância da burguesia. Mostrou que os rios Tapajós, Madeira e Tocantins são importantes afluentes da bacia hidrográfica amazônica, que não devem ser liberado para atender à cobiça do imperialismo e burguesia nacional. Os rios da região amazônica ao serem entregues para a exploração de riquezas submersas destroem a floresta, vegetações e peixes, que sustentam as famílias indígenas e ribeirinhas. O decreto de Lula serve aos interesses das construtoras de hidrovias e para o atendimento do agronegócio. Significa privatizar os bens naturais e apressar a destruição da natureza nestas localidades que abrange

vastos territórios da região amazônica.

A Corrente Proletária/POR chamou a atenção para ação dos indígenas, que realizaram ocupações no escritório da Cargill em Santarém no Pará, com o objetivo de inviabilizar mais um projeto criminoso contra os explorados, que faz parte do Programa Nacional de Desestatização (PND) do governo Lula.

Após a pressão com vários atos contra o decreto e a ocupação na Cargill, o governo anunciou a revogação do famigerado decreto, no dia 23. No entanto, a Corrente Proletária assinalou que, mesmo com a revogação anunciada, não se deve recuar. Apontou que a revogação apenas adia o plano de concessão dos rios para a iniciativa privada e que a solução definitiva para este e os demais problemas depende da luta coletiva dos explorados.

Em Rondônia, o rio Madeira, como um dos maiores afluentes do rio Amazonas, sofreu um dos mais agudos ataques com a construção das hidrelétricas em Porto Velho. Naquele momento, foram desalojados milhares de ribeirinhos que perderam suas terras e foram indenizados com valores pífios. Com essa privatização em curso a situação será catastrófica para toda população pobre dos estados envolvidos.

O caminho para solucionar esses graves problemas que o capitalismo impõe à natureza e aos explorados é o da organização dos explorados em unidade com os povos indígenas e ribeirinhos. Para isso, é necessária a defesa de um programa próprio dos explorados. Programa esse que assegurará a autodeterminação das nações indígenas.

O Partido Operário Revolucionário (POR), que se orienta com esse programa, interveio nas lutas para potencializar a unidade classista dos explorados, objetivando a elevação da consciência dos trabalhadores no sentido da derrota do capitalismo e defesa do socialismo.

Nesta edição:

Irã: Declaração do CERQUI - Não ao ataque militar dos Estados Unidos e Israel ao Irã!; Manifesto do POR - Estados Unidos e Israel iniciaram a guerra contra o Irã assassinando Ali Khamenei e parte da cúpula do Estado; Bolívia - A agressiva política externa dos Estados Unidos decorre da decomposição interna e intensificação da agitação que se transforma em convulsão social;

Argentina: A Reforma Trabalhista elimina direitos e quebra a estrutura sindical do movimento operário; O Congresso Nacional contra os trabalhadores; Brutal repressão à manifestação de rejeição da Reforma Trabalhista; Acordo colonial de comércio imposto pelos EUA;

Bolívia: O governo avança para modificar a lei geral do trabalho;
102 anos do falecimento de Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin).

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Não ao ataque militar dos Estados Unidos e Israel ao Irã!

Todo apoio à autodefesa iraniana diante da ofensiva de guerra do imperialismo norte-americano!

Defesa incondicional da soberania do país persa

Direito do Irã decidir sobre seu programa nuclear e seu armamento atômico

Somente o povo iraniano pode decidir sobre o regime político dos aiatolás

Organizar o movimento anti-imperialista contra a guerra dos Estados Unidos ao Irã

A estratégia da luta contra a dominação imperialista é a da revolução social

Trump ordenou o bombardeio ao Irã, rompendo as negociações em torno às exigências dos Estados Unidos e de Israel. Estava claro que tais exigências implicavam submeter completamente o Irã às condições de guerra que se formaram desde a invasão do Estado sionista à Faixa de Gaza, o plano genocida contra o povo palestino, a quebra da resistência no Líbano e na Síria.

Certamente, o cerco militar montado para condicionar as negociações com o governo iraniano correspondeu a um imperativo de capitulação. Trump não estava por negociar absolutamente nada. Organizou a farsa diplomática dos encontros em Genebra, Suíça, sabendo que o Irã não podia acatar a ordem de dismantelar suas usinas nucleares e desguarnecer as Forças Armadas.

O objetivo central do imperialismo norte-americano e do sionismo colonialista é o de derrubar o regime nacionalista, que desde 1979 passou a ser o seu mais importante adversário no Oriente Médio.

O nacionalismo iraniano emergiu com o 1º ministro Mohammad Mosaddeq em 1951. Os Estados Unidos e Inglaterra se valeram das divisões na oligarquia burguesa para derrubar o

governo nacionalista por meio de um golpe de Estado e estabelecer a ditadura monárquica de Reza Pahlevi em 1953. O levante das massas e a derrocada do regime pró-imperialista em 1979 – denominada Revolução Islâmica – restabeleceram e consolidaram a linha do nacionalismo iraniano, com a instalação da república teocrática dos aiatolás.

São sete décadas de combate norte-americano à medida de nacionalização das riquezas petrolíferas, que se iniciou com a nacionalização da empresa Anglo-Iranian Oil Company, em 1º de maio de 1951, por

Mosaddeq. Trata-se de um longo percurso marcado por conflitos e guerras envolvendo as relações nacionais no Oriente Médio, influenciadas pelo domínio das potências imperialistas, que se ampliou com a primeira e segunda guerras mundiais.

Os Estados Unidos fracassaram em várias tentativas de acabar com o regime nacionalista dos aiatolás. Em todas elas, estiveram presentes o cerco econômico e militar, bem como as conspirações e ameaças de guerra. O método imperialista de sufocar economicamente o país, fomentar a crise social, potenciar as divisões políticas e incentivar os golpes de Estado foi amplamente utilizado pelos governos norte-americanos e aliados.



Os dois anos da guerra desfechada por Israel na Faixa de Gaza, nas condições de avanço da crise mundial do capitalismo, criaram uma situação propícia para os Estados Unidos intervirem militarmente contra o Irã. Os ataques aéreos de Israel e, principalmente, os dos Estados Unidos, em 21 de junho de 2025, ao Irã foram direcionados às instalações nucleares de Fordow, Natanz e Isfahan, sob a justificativa de acabar com o apoio a organizações classificadas de “terroristas”, como o Hamas e o Hezbollah.

Comprometer a capacidade de defesa do Irã significa liquidar a soberania da nação oprimida, varrer o nacionalismo, tomar conta das riquezas petrolíferas e eliminar a influência política dos iranianos no Oriente Médio.

Depois do bloqueio militar à Venezuela no mar do Caribe, da invasão do país e do sequestro do presidente Nicolás Maduro, chegou a vez de golpear o Irã. Trump dá mais um passo incisivo no objetivo geral do imperialismo norte-americano em manter seu controle do Oriente Médio e em impulsionar o colonialismo sionista em particular.

Na base dessa ofensiva, se acha a estratégia dos Estados Unidos de controlar o máximo possível as fontes de matérias-primas, tendo o petróleo como lastro. Por essa via, o imperialismo norte-americano recrudescerá a guerra comercial com a China, cuja emergência econômica depende em grande medida da energia que brota das reservas petrolíferas. Assim se passou e passa com a Venezuela, e se passa com o Irã.

O governo interino venezuelano se curvou e segue as ordens da Casa Branca. Cuba paga caro pela vitória de Trump e se bate enfraquecida para que não se torne mais uma semicolônia dos Estados Unidos na América Latina.

É sintomática a declaração de guerra do Paquistão ao Afeganistão. Não há dúvida de que os Estados Unidos tomam parte do choque entre os dois países semicoloniais, que deveriam estar unidos contra a dominação imperialista. É mais um sinal da escalada

bélica impulsionada pelas contradições do capitalismo mundial em decomposição.

A guerra na Ucrânia entra no seu quinto ano e pode se prolongar com a disposição da União Europeia de garantir seu financiamento e com as manobras de Trump que desfralda uma “paz” que atenda aos interesses dos Estados Unidos.

A guerra contra o Irã potencia ainda mais a crise no Oriente Médio e no restante do mundo. Logo se verá a capacidade de resistência do Estado iraniano e o grau de unidade nacional para suportar a ofensiva dos Estados Unidos e dos seus agentes sionistas.

O fundamental está nas respostas que as massas darão. Trump conta com a divisão interna ao Irã e à sua perda de influência na Síria e no Líbano. A Rússia e a China, por enquanto, não se dispuseram a ajudar diretamente o Irã, embora tenham condenado a violação do direito internacional. Muitos países, provavelmente a maioria, seguirão essa linha de protesto. Vão recorrer à ONU, que se acha paralisada e desmoralizada pelas próprias mãos dos Estados Unidos.

O ataque ao Irã e seu contra-ataque às bases norte-americanas poderão levar a uma conflagração que envolva o Oriente Médio. A luta da classe operária e dos demais explorados se volta contra os Estados Unidos e o Estado de Israel e em favor da nação iraniana oprimida. Se volta contra o objetivo de Trump/Netanyahu de derrubar o regime nacionalista e implantar um regime servil. A tarefa revolucionária da situação é a de unir as massas oprimidas sob a direção do programa e da política da classe operária. É a de organizar a frente única anti-imperialista.

Pelo fim imediato dos ataques dos Estados Unidos e Israel ao Irã!

Pela autodeterminação e soberania do Irã como nação oprimida!

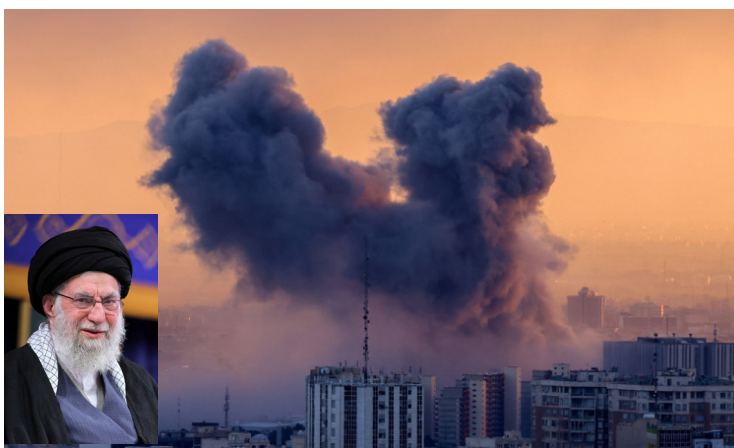
Lutar contra a dominação imperialista com o programa da revolução proletária!

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Estados Unidos e Israel iniciaram a guerra contra o Irã assassinando Ali Khamenei e parte da cúpula do Estado

Impulsionar o movimento anti-imperialista das massas para derrotar os Estados Unidos e Israel

Horas antes dos ataques que levaram à morte Ali Khamenei, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) divulgou uma Declaração em defesa das seguintes bandeiras: “Não ao ataque militar dos Estados Unidos e Israel ao Irã! Todo apoio à autodefesa iraniana diante da ofensiva de guerra do imperialismo norte-americano! Defesa incondicional da soberania do país persa. Direito do Irã decidir sobre seu programa nuclear e seu



armamento atômico. Somente o povo iraniano pode decidir sobre o regime político dos aiatolás. Organizar o movimento anti-imperialista contra a guerra dos Estados Unidos ao Irã. A estratégia da luta contra a dominação imperialista é a da revolução social”.

Essa posição programática emerge concretamente das condições de guerra impostas pelo poderio econômico e militar dos Estados Unidos. Como era previsível, a conflagração envolve o Oriente Médio e, não

menos claro, a China e a Rússia. É a expressão mais elevada da guerra comercial e da escalada militar encarnadas pelos Estados Unidos.

A Declaração do CERQUI afirma: “Na base dessa ofensiva, se acha a estratégia dos Estados Unidos de controlar o máximo possível as fontes de matérias-primas, tendo o petróleo como lastro. Por essa via, o imperialismo norte-americano recrudescerá a guerra comercial com a China, cuja emersão econômica depende em grande medida da energia que brota das reservas petrolíferas. Assim se passou e passa com a Venezuela, e se passa com o Irã”.

É incontestável que o Irã não oferecia nenhum risco à segurança de Israel e dos Estados Unidos, como alegam Trump e Netanyahu. O país se encontrava e se encontra econômico, social e militarmente incapacitado de lançar qualquer ofensiva às forças combinadas do imperialismo norte-americano e do colonialismo israelita. Os bombardeios de junho de 2025 dos Estados Unidos e Israel já haviam debilitado militarmente o Irã. Socialmente, as manifestações populares em janeiro contra a política econômica do governo, que resultaram em confrontação política e brutal repressão estatal, se deveram em grande medida às sanções e ao isolamento econômico do Irã, ditados pelos Estados Unidos e aliados.

Trump ameaçou intervir objetivando derrubar o governo e o regime nacionalista da República Islâmica. Esse aceno indicou que estava em curso a preparação da guerra que iria ser desfechada em 28 de fevereiro. Montou a farsa do “Conselho de Paz”, como parte do ditame dos Estados Unidos à Faixa de Gaza, sabendo que estava em andamento os preparativos para o ataque ao Irã. Utilizou-se das reuniões com o governo iraniano em nome de um acordo de pacificação para acobertar a decisão de guerra tomada muito antes pela Casa Branca.

Os Estados Unidos surpreenderam a cúpula governamental do Irã, que se reunia no sábado dia 28 de fevereiro para dar sequência à quarta reunião que estava prevista para o dia 2 de março. Trump não estava de fato para negociar um acordo que limitasse a capacidade militar do país persa. Manobrava com a bandeira de paz, movimentando o poderio bélico dos Estados Unidos com a certeza de que desfecharia a guerra. A reunião de Trump com Netanyahu realizada na Casa Branca no dia 11 de fevereiro, dezessete dias antes do bombardeio à Teerã, confirmou os últimos acertos do início da guerra.

Os Estados Unidos necessitam da derrubada do regime nacionalista para penetrar em sua economia e controlar o seu petróleo. Depois de se apossar dos recursos petrolíferos da Venezuela, chegou a vez do Irã. Caso consigam impor esse domínio, Trump terá a arma econômica de que procura para montar um bloqueio à China. O petróleo continua sendo um dos recursos vitais para a cadeia de suprimentos da economia chinesa, que ascendeu como potência industrial. Em certo sentido, é uma contraposição ao controle das terras raras pelo Estado chinês. Esse antagonismo reflete os choques econômicos no plano mundial e expressa a decomposição geral do capitalismo.

O imperialismo arrasta o Oriente Médio para uma situação catastrófica, que, depois da partilha da Segunda Guerra Mundial e da criação pela força do Estado sionista da Israel, não teve um só momento de equilíbrio e paz. A guerra contra o Irã rescendeu a memória das inúmeras conflagrações militares que contaram com o intervencionismo imperialista dos Estados Unidos. A ocupação, destruição e matança na guerra contra o Iraque servem de exemplo e parâmetro do que pode ocorrer com o Irã. Mas há outros, como o da guerra e da longa ocupação do Afeganistão.

Tudo indica que a conflagração desencadeada contra o Irã terá um alcance maior do que os intervencionismos anteriores. Os Estados Unidos têm por objetivo alinhar o Oriente Médio contra a China, sobretudo, assim como vêm se impondo pela força na América Latina. Os continentes africano e asiático poderão ser incorporados com maior facilidade nos cálculos estratégicos da maior potência. A União Europeia, por enquanto, continuará a seguir os passos dos Estados Unidos, embora alguns de seus países manifestem desacordos com o unilateralismo trilhado pela política de Trump e pelo total desmonte da ordem internacional montada desde os acordos de Bretton Woods, de julho de 1944. É o que se observa nas críticas e no apoio mais ou menos disfarçado à guerra contra o Irã.

Os contra-ataques do Irã, tendo como alvo bases militares norte-americanas, acabam por envolver alguns países árabes que servem aos interesses dos Estados Unidos e que se curvaram diante da guerra de Israel contra os palestinos e contra toda resistência em favor de sua autodeterminação. O bloqueio iraniano ao estreito de Ormuz e o ampliação da guerra para países árabes petrolíferos, se não for contido, a catástrofe poderá ser maior do que se pode imaginar.

Trump e Netanyahu não medem as consequências dos bombardeios aéreos, que atingem indiscriminadamente militares e civis. A guerra se iniciou explodindo não só a sede do governo como uma escola. Em quatro dias de ataques, se contabilizam centenas de iranianos mortos. A barbárie impetrada pelo imperialismo salta aos olhos, contando com a conivências das monarquias árabes e das potências que gritam, na melhor das hipóteses, em palavras a defesa do respeito às leis internacionais.

O Irã, por melhor armado que esteja em relação ao Iraque na guerra de 2003, não tem como isoladamente barrar a ofensiva das forças imperialistas. Não há sinais de que poderá contar com a China e a Rússia. A resistência mais vital veio do Hezbollah. O Líbano voltou a ser bombardeado por Israel. Certamente, o governo libanês, comandado por Joseph Aoun e Nawaf Salam, que recebeu a benção dos Estados Unidos ao se constituir, tudo fará para que não haja uma resistência popular anti-imperialista.

As manifestações massivas sob a bandeira de fim imediato dos ataques ao Irã e autodeterminação da nação oprimida é o ponto de partida para organizar um vasto e potente movimento anti-imperialista pelo desmonte das bases militares e expulsão dos Estados Unidos do Oriente Médio. Faz parte dessa luta operária e popular parar o genocídio do povo palestino e recuperar a Faixa de Gaza, arrancando-a do controle dos sionistas.

A resistência do Estado iraniano por sua soberania é justa e necessária. Deve ser apoiada por todos os meios, mas será com a luta de classes que as massas oprimidas erguerão as trincheiras anti-imperialistas e anticapitalistas.

De fato, a crise de direção tem impossibilitado unir as forças dos explorados sob a estratégia da revolução social. Está posta a tarefa de resolver essa contradição histórica construindo o partido marxista-leninista-trotskyista, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. É na confrontação com as forças da reação imperialista que a vanguarda recuperará as conquistas das revoluções, lutando pelo programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista.

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do **Internacionalismo proletário**



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Bolívia

A agressiva política externa dos Estados Unidos decorre da decomposição interna e intensificação da agitação que se transforma em convulsão social

Defesa incondicional do Irã diante do ataque imperialista dos EUA e Israel

Somente o povo iraniano pode decidir sobre o seu regime político

Fora as mãos sujas do imperialismo do oriente médio

Pelo direito do Irã de desenvolver seu programa nuclear

Organizar o movimento anti-imperialista de todos os povos na perspectiva da revolução social

O desenvolvimento da crise econômica mundial tem acelerado os confrontos entre as potências imperialistas e entre elas e os países atrasados e semicoloniais. A aceleração das tendências bélicas, da corrida armamentista, decorre da urgência do imperialismo norte-americano em preservar a hegemonia mundial, diante da ascensão da China, Rússia e Índia, vinculadas ao BRICS.

O plano intervencionista de Trump, suas manobras em torno da guerra na Ucrânia, o massacre na Faixa de Gaza e agora o ataque ao Irã - objetivo de acabar com o regime dos aiatolás levou à guerra, que se desenvolve de forma imprevisível e perigosa -, bem como a ofensiva na América Latina, expõem o caráter geral da crise capitalista e suas tendências destrutivas, que recaem sobre as nações indefesas e a maioria oprimida.

Os EUA têm provocado perigosamente a China e Rússia na direção de um confronto armado mais aberto. Esse é o significado da traiçoeira agressão do imperialismo norte-americano contra a soberania territorial da Venezuela, os anúncios de anexação da Groenlândia e a interferência militar aberta na crise iraniana. O controle das riquezas petrolíferas e minerais venezuelanos e iranianos, em particular as chamadas "terras raras" da Groenlândia, é de vital importância para os EUA em sua ânsia de impor a reversão da expansão chinesa e de se posicionar melhor no contexto da guerra comercial e sua eventual transformação em um conflito militar.

A China tem se desenvolvido como potência militar, mas sua melhor arma é sua penetração no mercado mundial com produtos cada vez mais baratos e de alta qualidade. A Rússia, por sua vez, não está respondendo às provocações de Trump, devido a seu interesse em preservar os acordos com os EUA sobre o destino da Ucrânia. Nesse contexto, Cuba foi abandonada à sua sorte e tudo se reduz a declarações hipócritas de solidariedade e condenação da política imperialista que endurece o bloqueio econômico buscando quebrar a resistência do povo cubano pela fome.

A linha antichinesa traçada pela administração Trump é evidente e enfraquece a aliança que Pequim alcançou por meio de uma série de acordos bilaterais e regionais, cuja máxima expressão está concentrada na constituição do BRICS. Sua recente expansão, que responde à demanda por encontrar aliados na guerra comercial, surge como um fator de choque diante das diretrizes econômicas globais ditadas pelos Estados Unidos.

A agressiva política colonialista do governo Trump está sendo incentivada pela virada à direita dos governos latino-americanos controlados por correntes ultradireitistas disfarçadas de "libertárias" (Milei, Kast, Paz, Bukele etc.), que se alimentam do fracasso das políticas reformistas dos impositores do "socialismo do século XXI" (Evo-Arce, Maduro, Kischner, Boric etc.). A fraqueza da burguesia latino-americana diante das imposições imperialistas se expressa como extremo servilismo aos Estados Unidos, mesmo em detrimento de seus próprios interesses.

Em contraste com essa política colonialista agressiva do imperialismo norte-americano, a decomposição interna nos EUA está avançando. A eclosão da instabilidade social se deve principalmente à profunda desigualdade econômica, ao arraigado racismo, à polarização política e ao alto custo de vida. A essas condições gerais, que se vêm formando há muito tempo, juntam-se a aplicação das recentes políticas racistas anti-imigrantes de perseguição brutal e o fracasso das ações econômicas do governo Trump, que não impediram a deterioração das condições de vida da maioria dos trabalhadores, e que, pelo contrário, resultaram em desemprego e aumento da inflação. Está claro aos trabalhadores norte-americanos que a administração Trump é o governo dos oligarcas mais ricos, que não se importam com o destino do povo norte-americano.

A Greve Geral em Minnesota, que adquiriu características insurrecionais, como toda greve geral que incorpora amplas camadas das massas, se projetou expondo o problema do poder político. Foi uma resposta à brutalidade racista anti-imigrante desfechada pelo controle da imigração (ICE) em todo o país, diante do crescente autoritarismo e da brutalidade repressiva que expressam o declínio do império norte-americano, que se sustenta sobre a base da destruição das condições de vida das massas. A greve geral em Minnesota aponta o caminho para a emancipação do proletariado e dos explorados norte-americanos. Essa experiência pode ser transformada em capital político acumulado, desde que surja o núcleo organizado de um partido operário revolucionário, que compreenda a importância fundamental de se desenvolver como partido-programa e que a assimile criticamente para desenvolver a consciência de classe.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2871, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Argentina

A Reforma Trabalhista elimina direitos e quebra a estrutura sindical do movimento operário

(Masas argentino, 498)

O objetivo da Reforma: superexplorar, escravizar os trabalhadores, extrair a maior parcela possível da mais-valia, tornar mais barata a demissão, estender a jornada de trabalho, eliminar ou limitar direitos, disciplinar os trabalhadores, enfraquecer sua proteção legal e debilitar sua organização sindical.

É falso que uma maior flexibilização do emprego e as indenizações mais baratas ajudarão a criar empregos ou formalizar trabalhadores que não estão registrados. Todas as tentativas anteriores fracassaram.

Toda vez que a Lei menciona uma situação “que pode ser ‘acordada’ entre empregador e trabalhador”, na prática, implica fortalecer o empregador, devido à real capacidade assimétrica de negociação individual entre um e o outro.

“A reforma trabalhista propõe que os empregados de plataformas não sejam considerados trabalhadores”, disse o advogado trabalhista Matías Cremonte. Também diz que “A OIT, em junho, vai aprovar uma convenção para a proteção do trabalho em plataformas”, contrariando essa Lei. A nova lei revoga normas recentes, como a lei do teletrabalho.

“Na América Latina em geral, há uma precariedade no emprego, especialmente devido à ausência de um Estado controlando ou aplicando as leis. É isso que explica os níveis de emprego não registrado, que na Argentina são cerca de 40%, mas na América Latina, em muitos casos, ultrapassam 50 ou 60%. No Paraguai, Chile, Peru, as taxas são muito altas; e as reformas trabalhistas feitas nesses países também buscaram a formalização do emprego, mas o resultado foi o oposto.”

A lei enfraquecerá a ação sindical. Em países onde predomina a negociação coletiva por empresas, e a sindicalização por empresa (é o que se está tentando fazer), o resultado é que os níveis médios de sindicalização são de 5% contra mais de 30/35% na Argentina.

A lei promove negociações de âmbito menor, onde o trabalhador é mais fraco, e permite expressamente a validade de negociações menos favoráveis do que a negociação coletiva.

O direito de greve é restringido, as assembleias são limitadas, os delegados ficam desprotegidos, deixando o trabalhador mais sozinho e mais exposto à arbitrariedade patronal.

O Estado subsidiará os pagamentos de rescisão com dinheiro do ANSES. Um Fundo de Assistência Trabalhista (FAL) é criado para que a demissão não custe nada aos patrões. Será financiado retirando 3% das contribuições que atualmente vão para o ANSES. Com esse dinheiro, um fundo milionário é montado, administrado pelo sistema financeiro. Esse fundo vai subtrair entre 2 e 2,5 bilhões de dólares por ano dos aposentados.

A Constituição Nacional garante proteção contra demissões arbitrárias. A Lei de Contratos de Trabalho reproduz esse direito, que agora está seriamente enfraquecido pela introdução do Fundo de Assistência Trabalhista (FAL).

Permite que os patrões demitam sem enfrentar o custo imediato. O custo da indenização deixa de ser uma barreira para o empregador.

Translada o medo. O temor do patrão de não cumprir as

normas trabalhistas – registro, salários, horários de trabalho, direitos – funcionava como um limite, devido ao custo que essa falta poderia ter. A reforma busca inverter esse eixo: que o medo se torne do trabalhador, que ele saiba que pode ser demitido a qualquer momento, sem um impacto econômico significativo para o patrão.

Esse medo estrutural disciplina. Obriga a aceitar decisões patronais mesmo quando prejudicam a dignidade, saúde ou direitos básicos do trabalhador; especialmente em um contexto de aumento do desemprego e queda salarial.

Indenizações mais baratas: qual salário é considerado como base, o cálculo da indenização é substancialmente modificado. O Artigo 51, que substitui o Artigo 245 do LCT, dispõe:

“(…) Para esses fins, entende-se como remuneração a devida e paga em cada mês civil, já que itens de pagamento não mensal, como o Salário Anual Complementar, férias, prêmios que não são pagamentos mensais etc., não incidirão. Para esses fins, se define como habituais os itens recebidos pelo menos SEIS (6) meses no último ano civil. Se define como normal, no caso de itens variáveis, como bônus mensais, horas extras, comissões etc., a média dos últimos SEIS (6) meses, ou do último ano se for mais favorável ao trabalhador. (...)”

Hoje, a indenização inclui toda a renda que compõe a remuneração, independentemente de sua periodicidade. Com a reforma, componentes essenciais do salário real do trabalhador são excluídos. Assim, a base de cálculo e a indenização são reduzidas. A demissão custa menos.

Indenização em até 12 parcelas

O Artigo 56 modifica o Artigo 277 do LCT e incorpora o seguinte parágrafo: “Diante de uma sentença judicial... o juiz pode autorizar, de forma bem fundamentada, ordenar o pagamento total do mesmo em até um máximo de DOZE (12) parcelas mensais consecutivas, ajustadas de acordo com a diretriz estabelecida no Artigo 276 desta Lei, quando as circunstâncias do caso o exigirem.”

Se o patrão for uma pessoa física ou uma PME, o trabalhador que passou por anos de litígios judiciais não receberá mais seu crédito de uma vez só, mas sim em pequenas parcelas. Assim, a indenização perde sua função reparadora e urgente. O dano já ocorreu, a demissão já foi consumada, mas o trabalhador deve financiar o patrão mesmo após vencer o processo.

Será permitido estender a jornada laboral para 12 horas e se acabará com as horas extras pagas, eles chamam isso de “banco de horas”.

O banco de horas: as horas trabalhadas acima da jornada laboral não serão pagas como horas extras, mas “compensadas” com pausas futuras. O patrão economiza o pagamento das horas extras e o dia útil é unilateralmente flexível, de forma que o trabalhador não terá escolha a não ser aceitar imposições. O banco de horas compensa a jornada mais longa de um dia pela jornada mais curta de outro, desde que o máximo legal da jornada semanal não seja ultrapassado.

A suposta “voluntariedade” do banco de horas é fictícia. O

trabalhador aceita porque não pode recusar. O medo de perder o emprego transforma o banco de horas em um mecanismo de imposição encoberta.

Quando se refere à “distribuição do tempo de trabalho”, se estabelece o respeito pelo mínimo essencial de 12 horas de descanso entre os dias úteis. Isso significa que o dia útil pode ser estendido para 12 horas, sem que “horas extras” sejam consideradas aquelas que excedem a jornada laboral habitual. Acordos coletivos e contratos individuais podem estabelecer métodos para calcular a jornada máxima de trabalho.

Diz que o acordo entre o trabalhador e a empresa “deve ser formalizado por escrito, declarando a natureza voluntária da oferta de horas extras e seus limites, especificando o modo de operação do sistema e estabelecendo um método confiável de controle que permita a ambas as partes registrar as horas efetivamente trabalhadas e as horas disponíveis para seu aproveitamento pelo trabalhador.” A possibilidade de acordo voluntário entre empregador e trabalhador sobre a administração das horas extras estabelece a ideia de negociação individual das condições.

Com essa facilidade para os patrões, os trabalhadores saberão a que horas entram, mas não a que horas terminam suas obrigações de trabalho.

Ficar doente vai custar caro. O corte no regime de licença médica ou por acidente reduz para 50 ou 75%, dependendo do caso. Os trabalhadores terão redução salarial durante toda a licença. Houve uma confusão. Parecia que havia sido removido do projeto. No entanto, a redução do tempo e o montante dessas licenças ficaram na lei, acrescentados em cima da hora, quebrando algum acordo anterior entre os blocos. A licença-paternidade é mantida em dois dias.

Período de férias: Formalmente se mantém que o empregador deve conceder o período de férias para cada ano no período entre 1º de outubro e 30 de abril do ano seguinte. Mas é introduzido: “as partes podem, por mútuo acordo, dispor o gozo das férias fora do período mencionado.” A data de início deve ser notificada por escrito ao trabalhador com no mínimo 30 dias de antecedência, em vez de 45 dias.

Se mantém que, quando as férias não são concedidas simultaneamente a todos os trabalhadores ocupados pelo empregador no estabelecimento, local de trabalho, seção ou setor onde trabalham, e elas são acordadas individualmente ou por grupo, o empregador deve agir de modo que cada trabalhador

tenha direito ao desfrute delas pelo menos uma temporada de verão a cada três períodos.

Quanto ao fracionamento do período de férias, se introduz a possibilidade de não conceder todo o período de férias: “O empregador e o trabalhador podem concordar com a divisão do período de férias, desde que cada uma das partes não seja inferior a sete (7) dias.”

Revogação de normas protetoras e perda de previsibilidade. A reforma também avança contra os regimes especiais. Entre outros, o Estatuto do Jornalista é revogado, o teletrabalho é desregulamentado e o Estatuto do Cabeleireiro é eliminado, entre vários outros. Não eram privilégios: eram respostas normativas a realidades laborais específicas. Sua eliminação implica o retorno a uma regulamentação genérica que ignora as particularidades de cada atividade e enfraquece proteções historicamente conquistadas.

No anexo, inserido pela janela da lei, toda jurisdição trabalhista é transferida para a Justiça da Capital Federal, considerada mais amigável e controlável pelas grandes empresas.

A lei promove a evasão e a fraude e dificulta o acesso à justiça para trabalhadores precários e aqueles cujos direitos não foram respeitados. Altera as presunções: dá prioridade ao que aparece no papel, mesmo que esses registros não reflitam a relação real de emprego.

Promove a subcontratação e a terceirização, desvinculando a empresa principal das responsabilidades. Considera apenas a empresa que registra o contrato como empregadora, mesmo que atue como simples intermediária. Mais uma vez, isso deixa os trabalhadores sem a possibilidade de reivindicar quando lhes é devido salário ou indenizações.

Para gerar empregos genuínos, é necessário reativar imediatamente as obras públicas, com planos quinquenais que visem atender às necessidades mais urgentes da maioria. As importações de todos os produtos que são ou podem ser produzidos no país devem ser interrompidas. Deve haver um plano de industrialização que aproveite os enormes recursos que o país possui. A conquista do salário mínimo, equivalente ao custo da cesta básica familiar por 8 horas de trabalho, tornará possível que muitos trabalhadores se concentrem em um único emprego, liberando empregos para outros trabalhadores. Estas políticas só podem ser impostas pela ação direta da classe operária, derrotando as corporações e o FMI que dirigem a Milei, embora ninguém tenha votado neles.

Argentina

O Congresso Nacional contra os trabalhadores: avançou com a Reforma Trabalhista preparada pelo FMI e pelas grandes corporações (Masas argentino, 498)

Os legisladores que deveriam votar a lei no Senado receberam a versão final pela manhã, com dezenas de modificações em relação ao texto do dia anterior, conhecido pelos blocos pró-governo, e continuaram a fazer modificações durante o dia. A Lei foi preparada pelos escritórios de advocacia de grandes corporações. Foi “debatida” no Senado em um único dia, em um procedimento “relâmpago”. Foi aprovado por 42 votos contra 30. Na Câmara de deputados, seguiu o mesmo trâmite “relâmpago”, sem debate, com 135 votos a favor e 115 contra.

Uma das disputas que ocorreu foi entre os bancos e o Mercado de Pagamento, que queria introduzir no projeto que cartões virtuais pudessem receber depósitos dos salários dos trabalhadores, abocanhando um dos grandes negócios dos bancos.

Vários governadores apoiaram a Reforma instruindo seus senadores a votarem a favor, como Flavia Royón de Salta, ex-funcionária de Alberto Fernández. Este é o mecanismo antidemocrático da ditadura civil. É a podridão do sistema, sua decadência definitiva, em outras épocas não ousaram um ataque tão profundo e descarado. Lembremos que é um governo que mal teve o apoio eleitoral de 26% dos eleitores.

A inclusão de reduções fiscais coparticipáveis no projeto, que afetaram a renda das províncias, atuou como um elemento de extorsão para que os governadores apoiassem a Lei em troca da retirada dessa questão tributária, tão sensível para seus bolsos (que não deveria ser incluída em uma lei de reforma trabalhista

e sem ter sido previamente aprovada pelos deputados). Também as promessas de transferências ou aprovação de algumas obras públicas, diante do desespero financeiro. É uma manobra habitual para conseguir apoio ou para governadores explicarem aos eleitores por que apoiam uma lei tão desastrosa. Até que retirassem o capítulo sobre impostos, não tinham garantia dos votos necessários no Senado.

Em dezembro, o governo decidiu adiar o tratamento da lei até agora, porque não tinha votos suficientes. Ocupou-se em comprar mais apoios, usando todos os recursos conhecidos. Como alertou um dirigente sindical, “Espero que não usem o Banelco novamente”, como fizeram quando De la Rúa quis introduzir sua reforma trabalhista subornando alguns legisladores.

É o maior ataque aos direitos trabalhistas da história, superando os ataques das ditaduras militares e dos governos mais reacionários. Essa contrarreforma visa acabar com grande parte dos direitos trabalhistas conquistados em décadas de luta. Direitos que foram transformados em leis pela luta coletiva, não pela vontade dos legisladores. Pretende liquidar toda aparência de conciliação e aprofundar a guerra de classes contra o proletariado.

Apenas a classe operária organizada em luta unitária pode enfrentar e derrotar essa política retrógrada. Não se deve confiar nem nos legisladores, nem nos governadores, nem no judiciário, que estão a serviço do capital mais concentrado. A mídia vem trabalhando há meses para envenenar a população com um discurso que aponta os direitos trabalhistas como o principal problema que dificulta a geração de empregos ou a regularização dos trabalhadores informais, demonizando a atividade sindical e os sindicatos.

A resposta dos trabalhadores devia ter sido preparada há meses, desde as bases, com assembleias e reuniões, debatendo um plano de luta para defender direitos, lutar por salários, criar empregos genuínos, acabar com todas as formas de insegurança no emprego e prevenir demissões. Com campanhas públicas massivas e permanentes, respondendo à política de desinformação e engano realizada pela grande mídia. O ataque que estava sendo preparado era conhecido, já havia sido previsto na Lei Bases.

A direção da CGT trabalhou contra esta resposta essencial. Manteve Gerardo Martínez no Conselho de Maio do Governo até dezembro. A direção incentivou ilusões de que votar contra Milei em outubro poderia impedir sua ação, ilusões de que governadores e legisladores poderiam pôr fim ao ataque ou, em último caso,

recorrer à Justiça. Um caminho de paralisia, de derrota. Se, diante de tal ataque, a direção da CGT não se colocou à frente da luta, não a organizou, cabe perguntar que interesses ela defende.

A pressão da base os forçou a convocar a greve geral do dia 19, que contou com uma extraordinária adesão, mostrando a vontade de resistir, com mobilizações importantes em todo o país exigindo abertamente uma greve ativa para quando a Lei for discutida novamente no Senado.

As massivas marchas e atos em Córdoba, Rosario, Buenos Aires e várias cidades do país, bem como a greve de vários sindicatos, já haviam demonstrado a vontade de luta, de resistência. A reivindicação unânime era de que a CGT convocasse uma greve geral como parte de um plano de luta para esmagar a Reforma Trabalhista, e impor o salário mínimo vital e móvel e a defesa dos empregos.

Como é habitual o governo usa sua repressão para garantir que a Praça seja esvaziada, para que a mídia possa falar sobre os “confrontos” e desviar a atenção da magnitude do ataque, para esconder seu conteúdo. Prendeu dezenas de manifestantes e planeja acusá-los de terrorismo por terem participado do protesto, em uma operação para intimidar todos que querem se mobilizar e protestar.

Violência policial na repressão, violência ao arrancar ditatorialmente direitos conquistados em décadas, violência no discurso da mídia deformando e mentindo sobre o que estava sendo discutido, quem preparou o projeto, quem se beneficia. Violência que é desencadeada contra a maioria que vê todos os dias como perde poder de compra e que não poderá recuperá-lo. Violência as demissões ou a ameaça de demissão sabendo que não há vagas disponíveis....

Na Câmara dos deputados, o Governo obteve a aprovação da Lei, que antecipa uma derrota legislativa importante para os trabalhadores. Será necessária uma dura luta para reverter essa lei, que os empresários vão se apressar em aplicar e alguns já a aplicam, de fato. A única possibilidade de evitar essa derrota está nas mãos dos trabalhadores organizados, parando a CGT e os CTAs até que devolvam essa Lei ao FMI e a arquivem. Não há outro caminho. Medidas simbólicas ou testemunhais não são suficientes, é necessário parar novamente o país como parte de um plano de luta para derrotar todas as políticas antioperária e antinacional de Milei.

Argentina

Brutal repressão à manifestação de rejeição à Reforma Trabalhista (Masas argentino, nº 498)

Mais uma vez o governo atacou a manifestação para desocupar a Praça do Congresso, mostrá-la semivazia, e que a mídia falasse sobre o “confronto”, ao invés da lei de terror que se estava impondo no Senado. Houve mais de 70 prisões. A maioria foi liberada.

O governo denunciou como “terroristas” os manifestantes que lutavam contra a reforma trabalhista e que enfrentavam a polícia, que atacou com canhões de água, lançou gás, disparou balas de borracha e espancou jovens, adultos e idosos.

A Ministra de Segurança, Alejandra Monteoliva, justificou a repressão selvagem e indiscriminada nas proximidades do Congresso. A ofensiva penal escala mais um passo criminalizando o protesto, sob o falso argumento de que os atos de protesto tentavam semear “morte e caos.”

Segundo a sucessora de Patricia Bullrich, as ações de resistência nas quais alguns dos detentos participaram na última quarta-feira foram “atos de vandalismo e terrorismo.” Sustentou

que os incidentes “foram muito mais do que uma contravenção” e especificou que há 17 pessoas identificadas na marcha sobre as quais a classificação criada para condenar os membros de uma “organização internacional financiada para gerar alarme e agitação social” será aplicada.

“Aqui havia autores intelectuais e econômicos. Portanto, o que nos interessa é vincular essas pessoas a organizações e financiamento: desde aqueles que foram à loja de ferragens comprar parafusos e porcas até aqueles que efetivamente realizaram esses atos de vandalismo e terrorismo.”

Adorni acrescentou que “atacar o Congresso Nacional e as forças de segurança é um crime grave contra a ordem constitucional.”

Quem viola as liberdades democráticas, viola a Constituição de seu Estado e suas leis é o Governo, a ditadura civil de Milei que pretende arrancar todos os direitos trabalhistas em benefício da ultra-minoria exploradora que representa.

Argentina

Acordo colonial de comércio imposto pelos EUA

(Masas argentino, nº 498)

Argentina e Estados Unidos assinaram o Acordo de Comércio e Investimento Recíprocos, juntamente com acordos semelhantes entre os Estados Unidos e Equador, El Salvador e Guatemala. O acordo é o mesmo que o imposto sobre outros países.

Trata-se de uma integração condicionada da Argentina aos interesses dos Estados Unidos, não um acordo de livre comércio. Não é integrada como um parceiro estratégico, mas como um fornecedor confiável e disciplinado, aprofundando a subjugação e facilitando o saque dos recursos do país.

Zelikovich, especialista em Relações Internacionais, listou os compromissos de ambos os países contidos no acordo: “Obrigações da Argentina: 113... Obrigações dos EUA: 10 (8 delas são mútuas com a Argentina... Então, na verdade, são 2)”. E resumiu: é um “Acordo de Submissão Comercial e Econômica.” (citado pela Curia no Perfil)

Um primeiro ato soberano da Argentina seria ignorar esse acordo comercial, o que implica uma ruptura com os Estados Unidos.

Os Estados Unidos intervêm diretamente nos assuntos do país, na política, economia, finanças, diplomacia, defesa, impondo suas prioridades e violando o direito à autodeterminação da Argentina. Trump interveio na campanha eleitoral para salvar Milei nas últimas eleições. O governo de Milei fez uma renúncia explícita à soberania nacional. Os Estados Unidos agem em seus próprios interesses.

O Estado argentino mantém formalmente sua bandeira, seu hino, seu brasão de armas, elege seus presidentes e legisladores, mas, na verdade, delega decisões estratégicas fundamentais a uma potência externa. É colonizada pelos Estados Unidos.

O Ministério das Relações Exteriores é uma extensão do capital financeiro. É centralizado por um funcionário do J.P. Morgan, como também o Ministério da Economia, o Banco Central por meio de seu presidente e vice-presidente, além do secretário de Política Econômica e do vice-ministro da Economia. Colonizou setores estratégicos do governo à vista de todos.

Não têm nenhuma vergonha. Antes se escondia ou justificava a dependência e submissão hoje são exibidas como uma virtude, como um ato de realismo. O acordo colonial assinado é apresentado como “histórico”, “estratégico”, “civilizador”.

O “Acordo” foi imposto em segredo com benefícios vagos e obrigações concretas, o que compromete o futuro do país. É a moeda de troca para o apoio eleitoral e financeiro recebido. Busca forçar o país a se afastar da China, adicionando a Argentina como aliada em sua guerra comercial.

O acordo compromete a autonomia econômica; soberania energética e a mineração; a capacidade regulatória do Estado; a possibilidade de desenvolvimento industrial.

O texto impõe compromissos extensos à Argentina em relação à abertura de seu mercado para bens dos EUA nas áreas de serviços, propriedade intelectual, economia digital, trabalho, meio ambiente, denominações de origem e obrigações com terceiros países (China). Se destacam os compromissos da Argentina com os padrões, certificações e práticas regulatórias dos EUA, com a consequente perda ou redução da autonomia.

A Argentina eliminará 221 tarifas sobre “máquinas, materiais de transporte, dispositivos médicos e produtos químicos”, reduzirá para 2% outros 20 produtos, “principalmente autopeças”, e “concederá cotas para veículos, carne e outros produtos agrícolas”.

O “acordo” deixa em aberto a discussão sobre o acesso ao aço e alumínio argentinos pelos Estados Unidos, sobre os quais Trump impôs tarifas de 50%. “O governo dos EUA ratificou seu compromisso de revisar oportunamente”. É uma demonstração de como esse “acordo” foi rapidamente imposto e para o benefício do imperialismo.

Sobre investimentos: por meio do Banco de Exportação e Importação dos EUA (EXIM Bank) e da Corporação Internacional de Financiamento ao Desenvolvimento, em colaboração com o setor privado, os EUA “considerarão apoiar o financiamento de investimentos em setores-chave da Argentina”, “chave” para seus próprios interesses.

Ao mesmo tempo, e após 25 anos de negociações, a Argentina participa do acordo que o Mercosul selou com a União Europeia, que visa eliminar tarifas para mais de 90% dos produtos e fortalecer o comércio e investimentos. Parece um limite para a ambição de Trump de consolidar a América Latina, o Hemisfério Ocidental, como sua esfera de influência, limite com o qual a UE e o Brasil, a principal economia da região, parecem comprometidos. É um acordo que, se aprovado, afetará a indústria local que não pode competir com os produtos importados.

Esse acordo deve ser desconhecido. O Congresso e o judiciário não vão impedir esse ato de colonialismo. A classe operária deve intervir, com seus próprios métodos de luta, com suas organizações. Estão em jogo os empregos, a destruição das indústrias, um forte bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas. Nenhuma outra classe pode assumir a defesa da soberania nacional pisoteada pela burguesia. Toda a politicagem burguesa se mostra todo o covarde e impotente que é.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ **35**

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Bolívia

O governo avança para modificar a lei geral do trabalho, buscando reduzir os custos de produção e submeter o trabalhador às necessidades do capital

Não há nada para negociar. O que corresponde é defender a legislação trabalhista geral em vigor em sua totalidade

Organizar os trabalhadores informais para usufruir dos benefícios da legislação trabalhista boliviana

Mobilização nacional para deter essa política anti-operária

(Masas boliviano, 2870)

Nos ambientes do COD Cochabamba, o presidente Rodrigo Paz levantou a necessidade de redigir uma nova Lei Geral do Trabalho nos mesmos moldes de seu homólogo Milei, que impõe um duro ataque aos direitos trabalhistas dos argentinos. Também em uma ocasião anterior, ele indicou que está preparando um pacote de leis que atrairá grandes investimentos de capital estrangeiro para o país. Está claro que, para que tais investimentos se animem a vir e para que favoreça os interesses dos empresários nacionais, é necessária uma nova legislação trabalhista que atenda a seus interesses. Reformas que busquem tornar as condições para a contratação de mão de obra mais flexíveis e garantir a segurança jurídica respaldada pelo Órgão de Solução de Diferenças (OSD) da OMC para a resolução de controvérsias. Como um bom demagogo, Paz apresentou essa nova lei trabalhista como benéfica para os trabalhadores, mas na realidade é exatamente o contrário.

O movimento operário mundial e latino-americano é vítima, igual ou pior que na década de 1980 com a “flexibilização do trabalho”, de uma das ofensivas mais importantes do capital financeiro e monopolista para reverter os ganhos dos trabalhadores, como seus direitos trabalhistas ou seus sistemas de previdência. Há apenas uma explicação para essa tendência global: o aprofundamento da crise estrutural do sistema capitalista, que não se recuperou desde a bancarrota financeira de 2008. Portanto, a busca das empresas para aumentar sua taxa de lucro não visa apenas fazer maiores investimentos no progresso tecnológico produtivo, mas, fundamentalmente, o que lhes é mais conveniente economicamente: a intensificação da exploração da força de trabalho, ou seja, o aumento da produtividade das empresas por meio do uso intensivo e barato desse fator de produção.

“Para o capital, toda saída da crise exige fortes aumentos de produtividade... É isso que explica por que uma alta porcentagem

dos novos empregos criados no mundo está no setor informal. Porque é ali, no contexto da falta de proteção, que a jornada de trabalho é estendida indefinidamente, a precariedade se expande, os salários são instáveis e os direitos trabalhistas são anulados” (Eduardo Lucita). Mas também no setor formal, tudo aponta para o rebaixamento das condições de trabalho e conquistas sociais, de modo que, seja no trabalho formal ou informal, em ambas predomina a superexploração e a precariedade laboral. “O crescimento da informalidade é acompanhado pela destruição do emprego no setor privado formal.” São duas faces da mesma moeda, e não à toa que o presidente apontou que “ser formal na Bolívia é caro”, então “Vamos ter de fazer algo para tornar isso mais barato.”

Para “modernizar” a legislação trabalhista e “adaptá-la a novas tecnologias produtivas”- como o governo pretende - o que se busca é flexibilizar ainda mais a relação trabalhista, só que agora apresentada com um novo discurso para enganar os incautos.

De acordo com as declarações das autoridades nos últimos meses, concluiu-se que haverá duas partes constituintes dessa reforma que o governo pretende impor: a primeira, rebaixar o custo trabalhista para os empresários anulando conquistas estabelecidas na legislação atual, como facilitar demissões diretas, eliminar a proibição de despejos, reduzir as indenizações, reduzir o pagamento de horas extras, domingos e feriados, etc.; e segundo, novas leis e normas orientadas a destruir os sindicatos e limitar ações de protesta dos trabalhadores, como inviabilizar o direito à greve, à livre de reunião, como também eliminar as contribuições sindicais e impor a livre sindicalização.

GUERRA NA UCRÂNIA | Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA, ORGANIZADA, UNIDA E EM LUTA PODE FAZER FRENTE À ESCALADA BÉLICA E À GUERRA DE DOMINAÇÃO IMPERIALISTA

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

ADQUIRA ▶

COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

POR Partido Operário Revolucionário

Programa

102 anos do falecimento de Vladimir I. Lênin

**Memória eterna ao dirigente
da Revolução Russa, fundador
da III Internacional e construtor
da União das Repúblicas
Socialistas Soviéticas (URSS)**



No Jornal Massas 756, iniciamos uma breve exposição sobre o percurso da militância revolucionária de Lênin. A primeira parte chegou ao ponto em que a revolução proletária se impõe, o Partido Bolchevique se encontra à frente e se confirmam as posições de Lênin. A segunda, tratamos do VII Congresso do partido. Na terceira, assinalamos os principais feitos e contribuições de Lênin para a consolidação da Revolução de Outubro, destacando a fundação da III Internacional e a implantação da Nova Política Econômica (NEP). Agora, faremos a exposição sobre a orientação de Lênin quanto à constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Sobre a formação da URSS

Em 1922, com a situação política e social relativamente controlada, se colocou a necessidade de dar resposta a uma forma de unidade entre as várias repúblicas que se constituíram no curso da Revolução Russa. Em 30 de dezembro de 1922, foi aprovado o Tratado de criação da URSS, com a participação da República Socialista Soviética da Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Transcaucásia.

No início de agosto, a Executiva do Comitê Central do PC(b) R discutiu o encaminhamento para a consolidação dos laços entre a República Socialista Federativa Russa (RSFR) e as demais repúblicas soviéticas. Tratava-se de superar os obstáculos que dificultavam uma integração sobre a base da democracia soviética. Havia resistência, a exemplo da Geórgia.

O problema da centralização teria de ser compreendido e resolvido de forma democrática. Qualquer tipo de imposição por parte RSFR poria a perder a aproximação consubstanciada nas entranhas da revolução vitoriosa. Nesse ponto estratégico, Lênin teve um papel decisivo. Expôs sua divergência com o documento da Comissão encarregada de elaborar o projeto, sob a direção de Stalin. Em sua carta de 26 de setembro, defende a concepção e os fundamentos de uma União de Repúblicas Socialistas Soviéticas. Lênin encontrava-se enfermo e, assim, não teve como dirigir os trabalhos da Comissão, que acabou ficando sob a responsabilidade de Stalin.

Um incidente com a Geórgia alertou Lênin sobre o perigo da utilização de qualquer forma burocrática-imperativa. O representante Sergo Konstantinovich Ordzhonikidze, que era georgiano, ao utilizar a força física em uma discussão com os representantes do Partido Comunista da Geórgia, abriu os olhos de Lênin para os métodos burocráticos incompatíveis com o processo de união entre os povos que se libertaram do império czarista pela via da revolução proletária. Não seria possível a unidade procurada se se percorresse o caminho da centralização burocrática.

A proposição de unificar as repúblicas constituindo um “aparato único” foi questionada na carta “O problema das nacionalidades e da ‘autonomização’”, de dezembro de 1922. Lênin demonstra que “o aparato que denominamos nosso é ainda, nos fatos, totalmente estranho; é uma mescla burguesa e czarista que não foi possível modificar no curso de cinco anos sem a ajuda de outros países (Lênin refere-se à revolução internacional) e porque a maior parte do tempo estivemos ‘ocupados’ em ações militares e na luta contra a fome”. Tendo claro essa situação, era preciso ter uma tática de enfrentamento às expressões políticas do chauvinismo grã-russo.

Era fundamental ter uma clara linha por onde se realizaria a unidade revolucionária, caso contrário, nas próprias palavras de

Lênin “os operários soviéticos e soviéticos, que constituem uma proporção ínfima, se afogarão nesse oceano de canalha grã-russa chauvinista como uma mosca no leite”. Conclui o pensamento: “Penso que aqui Stalin desempenhou um papel fatal de apressamento e paixão pelo puramente administrativo, assim como seu rancor contra o famoso ‘socialismo nacionalista’”.

As formulações programáticas em torno à questão nacional deviam ser um guia para a ação prática, no caso a constituição da unidade organizativa das repúblicas soviéticas. Lênin critica colocá-las no plano “abstrato do nacionalismo em geral”. Objetivamente, é obrigatório “distinguir entre o nacionalismo da nação opressora e o da nação oprimida, entre o nacionalismo de uma nação grande e de uma nação pequena”.

As nacionalidades não-russas deviam ser convencidas da necessidade da união pela via da igualdade não só formal, mas concreta. De forma que Lênin, estabelece quatro condições fundamentais: 1) “manter e consolidar a união das repúblicas socialistas”, como medida “necessária para o proletariado comunista mundial em sua luta contra a burguesia mundial”; 2) “manter a união das repúblicas socialistas no que diz respeito ao aparato diplomático”; 3) “impor uma punição exemplar ao camarada Ordzhonikidze” (nesse ponto, Lênin estende a crítica a Stalin: “entende-se que a responsabilidade política da campanha nacionalista autenticamente grã-russa se deve imputar a Stalin e Dzerzhinski”); 4) “introduzir regras mais rigorosas quanto ao uso do idioma nacional nas repúblicas não-russas que formam parte de nossa união, e verificar essas regras com especial cuidado”.

Lênin assinala, assim, os perigos das “atitudes imperialistas diante das nacionalidades oprimidas, socavando assim toda sinceridade de princípio, toda defesa de princípio da luta contra o imperialismo”.

Essa experiência evidencia a fortaleza da concepção e do programa marxista-leninista de defesa da nação oprimida contra toda forma de opressão imperialista. Sem essa firme orientação, abre-se caminho ao nacionalismo alimentado pela potência opressora.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



A emancipação da mulher será obra da revolução proletária

8 de março classista, internacionalista e de luta!

Leia o Manifesto do Dia Internacional da Mulher nesta edição.

Abaixo, algumas publicações do POR no combate à opressão sobre a mulher.

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

A mulher no processo revolucionário



Textos dos clássicos do marxismo e do POR boliviano sobre a questão da mulher

2ª edição



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



INTERNACIONALISTA
REVOLUCIONÁRIO
COMUNISTA
MÁS
REVOLUCIONÁRIO

LANÇAMENTO

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

A luta dos marxistas na defesa do direito ao aborto



A defesa do Partido Operário Revolucionário ao direito ao aborto legal às mulheres

2025



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

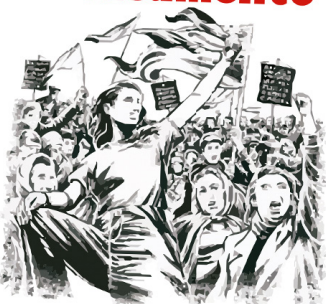


INTERNACIONALISTA
REVOLUCIONÁRIO
COMUNISTA
MÁS
REVOLUCIONÁRIO

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

A doutrina comunista do casamento



David Riazanov

Partido
Operário
Revolucionário



INTERNACIONALISTA
REVOLUCIONÁRIO
COMUNISTA
MÁS
REVOLUCIONÁRIO



ENCONTRO DE BALANÇO DO ATO DE 8 DE MARÇO

A emancipação da mulher será obra da revolução proletária

Nesse encontro discutiremos criticamente a situação da mulher trabalhadora a partir do balanço das manifestações do 8M. Faremos a leitura e discussão do Manifesto do POR distribuído nos atos e apresentaremos as propostas de organização e ação para que o 8M não tenha um fim em si mesmo, mas seja o ponto de partida para a luta dos explorados por suas reivindicações.

Para mais informações, entre em contato pelos canais:

 massas.por

 pormassas.org

DOMINGO -15H
15 DE MARÇO
CENTRO - SP

Organizar as mulheres trabalhadoras na luta contra toda forma de opressão e de discriminação!

Unificar as lutas!

Responder à intervenção imperialista sobre as nações oprimidas e à opressão nacional e social sobre a maioria trabalhadora!